

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**GUSTAVO DE OLIVEIRA CORREA**

**O USO TÁTICO DO DIREITO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM OLHAR  
ECOSSOCIALISTA**

CURITIBA

2021

**GUSTAVO DE OLIVEIRA CORREA**

**O USO TÁTICO DO DIREITO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM OLHAR  
ECOSSOCIALISTA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau em Bacharel em Direito, no curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Katya Regina Isaguirre-Torres.

CURITIBA

2021

## TERMO DE APROVAÇÃO

O USO TÁTICO DO DIREITO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UM OLHAR ECOSSOCIALISTA

GUSTAVO DE OLIVEIRA CORREA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Katya Regina Isaguirre-Torres  
Orientador



---

Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello  
1º Membro



---

Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado  
2º Membro

## AGRADECIMENTOS

É impossível em breves notas de agradecimento expressar toda a complexidade da experiência de 5 anos na universidade pública. Torna-se ainda mais irreal, pensando em toda a trajetória de pensamento crítico que data desde a infância. Contudo, ousarei pelo menos arranhar as primeiras camadas do que é uma vida de aprendizados, expressando o meu profundo carinho e agradecimento por tantas pessoas que cruzaram a minha vida.

Primeiramente à minha mãe **Luciana** e ao meu pai **Adriano**, pelo amor, compreensão, por todas as oportunidades incríveis que me proporcionaram, pelo apreço à educação, pelos puxões de orelha, pela independência e acima de tudo por me ensinarem a nunca tomar qualquer coisa como dada, de incentivar desde meus primeiros anos de vida o pensamento crítico e a rebeldia enquanto instrumento de interação com o mundo, por terem sido as minhas asas nesse mundo terrível que desde de pequeno me ensinaram a não aceitar. Nunca vou poder colocar em palavras o quanto sou grato a vocês.

À minha vó, **Annette**, por ser uma fonte inesgotável de amor e acolhimento. Ao meu vô, **Antônio**, pela astúcia e determinação nas discussões que formaram minhas primeiras discordâncias com a normalidade, talvez a origem de minha teimosia. A meus tios e tias, **Denise**, **Cláudia**, **Maurício** e **Albino**, pelas tardes infundáveis de jogos, conversas, debates e comilanças. Às minhas primas **Mariana**, **Gabriela**, **Luisa**, **Raquel** e **Juliana**, com as quais tive a felicidade de compartilhar minha infância, e de hoje viver os fracassos e vitórias da vida adulta. Falo isso menos do que deveria, mas amo todas do jeitinho que são e tenho profundo orgulho de ser primo de vocês.

Para toda a família, só posso agradecer a todas vocês por serem a minha base, por me emprestarem tanto a sua força, pelo amor e felicidade que me inundaram desde meus primeiros segundos de vida até hoje.

À minha companheira **Giuliana**, por confiar em mim quando nem eu mesmo confio, pelas horas perdidas lendo meus textos bagunçados e tendo paciência para me ajudar a melhorá-los. Pela força nos momentos difíceis da vida, mas principalmente pelo sorriso nos momentos felizes. Todo o amor e carinho que me dá todos os dias foi crucial para meu percurso neste trabalho e na minha vida.

Ao meu companheiro, que está sempre comigo, seja no podcast, nas reuniões dos inúmeros espaços que compomos juntos, na correção dos meus esboços ou simplesmente para tomar uma cerveja jogando um board game. Obrigado **Juliano**.

Ao **Bruno Born**, pelas noites em claro, pelas discussões intermináveis no bar, pela lealdade inesgotável, mas acima de tudo, por ser meu amigo, com o qual compartilhei grande parte dos meus momentos mais felizes em Curitiba.

Aos meus amigos **Rafaela e Brenon**, me arrependo de ter passado tão pouco tempo com vocês, obrigado pelas risadas, rabos de galo e por confiarem em mim. Ao meu amigo, colega de turma e primeira pessoa com a qual troquei uma palavra em Curitiba, **Bruno Cruz**. Eu não sei o que seria da minha faculdade sem você para aguentarmos juntos as intermináveis horas de aula no inóspito ambiente das turmas matutinas.

Aos meus companheiros de vida, irmãos que compartilho há mais de uma década: **Vitinho, Ro, Lusca, Koiti, Mauri, Igã e Rica**, não sei o que seria de minha vida sem vocês. É impossível colocar em palavras o quanto vocês são importantes pra mim, eu só tenho a agradecer por absolutamente tudo. As risadas, o apoio, os papos sérios e as conversas jogadas fora.

À Professora **Eneida Desiree**, por ser a primeira a me dar uma oportunidade de pesquisar - e eu sei que não deve ter sido fácil lendo meus textos anos depois -, pelo tanto que me ensinou, mas principalmente pela instigação à crítica própria da pluralidade da universidade pública. À Professora **Angela Fonseca**, pela paciência infinita com um garoto de 17 anos que achava que sabia algo de marxismo, pelos debates e por ser responsável pelas primeiras perguntas que me aproximaram do campo libertário. Ao Professor **Ricardo Pazello**, por me mostrar que é possível ser marxista e militante na universidade pública.

Aos meus professores e professoras de escola: **Thide, Romário, Tom, Henrique, Evandro, Verônica, Maria Paula** e muitos outros que me ensinaram tanto. Ao **Professor Carlão**, que descanse com paz e amor, por me mostrar que precisamos escolher se queremos ser uma foto no hall da fama ou uma página no livro de história.

Ao Professor **Eduardo Sá Barreto** da UFF, pelas reflexões e aulas que tanto me ajudaram a entender a Ecologia Marxista e sem as quais meu trabalho final teria sido apenas uma sombra.

Ao Professor, camarada quartista e xará **Gustavo Seferian**, pelas aulas, textos e conversas que o tornaram praticamente meu segundo orientador. A humanidade calorosa que direciona a seus alunos e colegas é uma luz no mar de trevas da gelada academia brasileira.

Ao coletivo **Subverta** e a todos **ecossocialistas** com os quais divido as trincheiras. Às camaradas da regional do Paraná pelo profundo acolhimento, por me ensinarem tanto, pela radicalidade própria de ecossocialistas comprometidos com a luta e construção do poder popular.

Ao **Partido Acadêmico Renovador - PAR** e qualquer coletivo do Direito-UFPR no qual as socialistas se organizem. Nas colunas gélidas da estéril política da Santos Andrade, as revolucionárias(os) são o ar de vida e esperança que balançam as estruturas elitistas e coloniais da universidade.

Ao grupo **EKOA** - pesquisa e extensão em direito socioambiental, por me receber e me ensinar tanto. Às companheiras de pesquisa **Isabela**, **Tchenna** e **Daniela**, pelas trocas incríveis sem as quais o produto final dessas investigações seriam infinitamente inferiores.

À minha orientadora, Professora **Katya Regina Isaguirre-Torres**, pela humanidade, pelo carinho, pelo acolhimento, mas principalmente pelo reconhecimento intelectual, pela liberdade completa de investigações, pelo incentivo nos acertos e pela crítica nos erros. Por ser uma verdadeira expressão do que a universidade pública tem de melhor: a dialética, a contradição e a pluralidade de ideias na busca de sínteses. Como já disse algumas vezes, a professora salvou a minha graduação, me deu um lugar em um momento que já não me encaixava em nenhum espaço da universidade.

Por último, dedico este trabalho à minha vó **Clacy Zan**, com certeza a mulher inspiradora da minha busca acadêmica, responsável pela minha rebeldia intelectual e pela impaciência com a mediocridade prepotente. Infelizmente, você não está aqui para ver este trabalho, mas tudo que me ensinou, inclusive lendo comigo meu primeiro livro, está comigo todos os dias e, sem dúvida alguma, anima até hoje os meus pensamentos presentes neste trabalho. Os meus objetivos seguem os mesmos que aprendi com você lendo “O menino do dedo verde” há quase duas décadas atrás:

*“Nós vamos transformar a fábrica de canhões em fábrica de flores”*  
Te amo vó.

## RESUMO

Expõe-se no presente trabalho uma síntese de debates acerca do uso tático do Direito, sob um olhar estratégico-político ecossocialista, a fim de traçar quais os campos de disputa férteis para uma atuação ecossocialista no campo jurídico, dentro do contexto espaço-temporal do Brasil no Antropoceno. Almeja-se contribuir para o rol de ferramentas marxistas de como conseguir vitórias na manutenção e fortalecimento de barricadas na defesa dos Direitos à Existência das classes oprimidas. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica de autoras e autores ecossocialistas e marxistas latino americanos. Inicialmente, apresenta-se um entendimento acerca do ecossocialismo alocado dentro das discussões acadêmicas mais atuais sobre a relação do capitalismo com o colapso climático no Antropoceno, mostrando como é necessário olhar para o ecossocialismo como uma corrente de pensamento forjada na luta de classes e na militância concreta. Posteriormente, aloca-se a discussão na tradição do uso tático do Direito e conclui-se que existe um uso tático do direito pelos marxistas revolucionários em quatro campos principais nos conflitos socioambientais, investigando criteriosamente a intrínseca relação na luta por direitos com a revolução. Por último, aloca-se a ruptura metabólica brasileira dentro do contexto do imperialismo ecológico, em sua posição dependente, exemplificada a partir do conflito socioambiental no Bairro do Caximba em Curitiba-PR, bem como se evidenciam os campos de disputa jurídica em um uso tático ecossocialista do Direito nesse conflito.

Palavras-chave: ruptura metabólica; ecossocialismo; conflitos socioambientais; uso tático do direito; direito e marxismo

## **ABSTRACT**

This paper presents a synthesis of debates on the tactical use of Law, from an ecosocialist strategic-political point of view, in order to identify the fertile fields of political dispute for an ecosocialist action in the legal field, within the space-time context of Brazil in the Anthropocene. The aim is to contribute to the list of Marxist tools on how to achieve victories in the maintenance and strengthening of barricades in the defense of the oppressed classes' Rights to Existence. To this end, it is used a literature review of ecosocialist and Latin American Marxist authors. Initially, an understanding of ecosocialism is presented within the most current academic discussions on the correlation between capitalism and climate collapse in the Anthropocene, showing how it is necessary to look at ecosocialism as a current of thought forged in the class struggle and in concrete militancy. Subsequently, the discussion is placed in the tradition of the tactical use of law, it concludes that there is a tactical use of law by revolutionary Marxists in four main fields in socio-environmental conflicts, critically investigating the intrinsic relationship in the struggle for rights with revolution. Finally, we place the Brazilian metabolic rift within the context of ecological imperialism, in its dependent position, exemplified by the socio-environmental conflict in the neighborhood of Caximba in Curitiba-PR.

**Keywords:** metabolic rift; ecosocialism; social-environmental conflict; tactical use of law; marxism and law



<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. POR QUE ECOSSOCIALISMO? URGÊNCIA E RADICALIDADE</b>	<b>13</b>
2.1 AS TRÊS FASES DO ECOSSOCIALISMO?	14
2.2 COLAPSO CLIMÁTICO NO ANTROPOCENO E O IMPULSO EXPANSIVO DO CAPITAL	21
2.3 RUPTURA METABÓLICA E IMPERIALISMO ECOLÓGICO	25
<b>3. REFLEXÕES ECOSSOCIALISTAS ACERCA DO DIREITO</b>	<b>31</b>
3.1. UMA RECEPÇÃO ECOSSOCIALISTA ÀS FERRAMENTAS DA TRADIÇÃO DA JUSTIÇA AMBIENTAL/SOCIOAMBIENTAL/ECOLÓGICA	33
3.2. SOBRE O USO TÁTICO DO DIREITO PELOS ECOSSOCIALISTAS	36
3.3. EXISTE USO TÁTICO DO DIREITO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS?	39
3.3.1 A luta por emprego, redução de jornada de trabalho e melhores salários	43
3.3.2 A defesa da vida e do modo de organização dos povos originários e comunidades tradicionais	45
3.3.3 A promoção de espaços de participação popular e a defesa dos já existentes	47
3.3.4 Ganhos de consciência de classe e consciência ecológica	47
<b>4. O BRASIL NA RUPTURA ECOLÓGICA GLOBAL, O QUE O CAXIMBA TEM A VER COM ISSO?</b>	<b>49</b>
4.1. A RUPTURA METABÓLICA NO BRASIL: A DEPENDÊNCIA TAMBÉM É ECOLÓGICA	51
4.2. A VELHA POLÍTICA NO BAIRRO NOVO DO CAXIMBA	56
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>63</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A juventude que entra na universidade nos últimos anos já está inserida em uma realidade pós reforma trabalhista, reforma da previdência e uberização do trabalho. Cada vez mais o sonho vendido para nós desde a redemocratização - uma melhora de vida através do consumo com a possibilidade de o Brasil tornar-se um país “desenvolvido” - se esvai pelas nossas mãos. Mesmo a recente estabilidade democrática e institucional, que era vivenciada pelas classes médias brasileiras, é colocada em xeque dia após dia.

É nesse contexto que o autor constrói seu acúmulo de debates e experiência política: nas lutas do movimento estudantil de resistência ao golpe de 2016 e ao governo de Michel Temer, nas manifestações do “Ele Não” contra a candidatura de Jair Bolsonaro e depois da eleição, no movimento de oposição aos cortes contra as universidades, o “Tsunami da Educação”, que colocou milhões de estudantes e educadores nas ruas em 2019. Diferentemente de outras gerações de socialistas no Brasil, que ingressaram nas fileiras das organizações com a esperança da redemocratização e do projeto democrático popular do Petismo, a geração atual é forjada no desencanto e na resistência contra inimigos cada vez mais desafiadores. Apesar da melancolia que afeta diversos setores, abrem-se portas para repensar estruturas falhas, teorias insuficientes e ferramentas inefetivas.

A realidade brasileira não é alheia ao mundo, as mudanças climáticas são sentidas a olho nu. Todos os anos as médias de temperatura apenas sobem, principalmente por conta do acúmulo de gases causadores do efeito estufa na atmosfera, enquanto as queimadas e desmatamento dos nossos biomas - alguns dos mais biodiversos do mundo - aumentam. Os interesses do agronegócio e das grandes mineradoras sobrepõem até mesmo a sobrevivência da humanidade. Isso faz com que o socialismo precise debruçar-se sobre novos problemas, esses, de proporção global e de natureza ecológica.

Por conta dessas necessidades, articula-se uma tradição política, de bases marxistas, que seja capaz de interpretar a complexidade do capitalismo no Antropoceno e, mais importante, organizar lutas concretas de resistência e superação do capitalismo. O ecossocialismo, enquanto proposta estratégico-política, cresce em grau de importância, em quantidade de defensores e em complexidade

teórica todos os dias - por óbvio, impulsionado pelos cada vez mais notáveis efeitos do colapso climático e da crise civilizatória. Ao mesmo tempo em que o capitalismo nos apresenta um futuro cada vez mais tenebroso, as organizações e teorias hegemônicas do socialismo do século XX não foram capazes de dar respostas para as necessidades concretas das classes despossuídas.

Este trabalho acadêmico faz parte de uma vida militante em organizações ecossocialistas, no movimento estudantil e nos movimentos sociais urbanos, referenciados na tradição marxista revolucionária da Quarta Internacional. Não pretende-se uma abordagem neutra, nem da realidade e nem das teorias apresentadas, pelo contrário, é uma abordagem militante a partir do conhecimento situado do autor.

Além da tradição política do autor, não é trivial o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, no ano de 2021, em uma pandemia de Covid-19 na qual centenas de milhares de pessoas morreram no Brasil por conta do vírus e da administração<sup>1</sup> do presidente Jair Bolsonaro. Também o ano no qual ondas de calor afetaram todo o hemisfério norte, com países como o Canadá atingindo temperaturas de 50 C°, incêndios sem precedentes nos países mediterrâneos e enchentes na Europa central. Esses exemplos demonstram dois aspectos centrais na argumentação proposta: a emergência climática e o lugar do Brasil no capitalismo global. Não são questões que se dissociam, tendo em vista que as crises do capitalismo são supridas, há décadas, com a apropriação cada vez mais brutal de valores de uso da natureza. Sendo os impactos diretos da exploração muito danosos, eles são terceirizados para os países periféricos, como o Brasil, que acabam concentrando as atividades mais exploradoras da natureza e da força de trabalho, como a mega mineração e o agronegócio.

Para uma análise que não seja isolacionista do fenômeno jurídico, é necessário que entendamos as necessidades do capitalismo global e como ele articula suas estruturas de dominação para garantir os interesses da classe dominante. A ascensão recente de governos de direita na América Latina, além das tentativas diretas de golpe, como na Bolívia, não é uma coincidência. Existem

---

<sup>1</sup> A Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB) e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) enviaram denúncias para o Tribunal de Haia imputando genocídio e ecocídio ao presidente Jair Bolsonaro, por conta de diversas ações do governo federal, em especial de Bolsonaro, que mostram a intencionalidade do presidente em aumentar as mortes evitáveis na pandemia, bem como decisões que diminuíram a fiscalização ambiental e as posturas contrárias aos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais (EL PAÍS, 2021).

interesses nos recursos naturais, o que influencia ações diretas de controle desses recursos por parte de seus exploradores. Entendendo o aspecto do Direito enquanto ferramenta de manutenção das relações sociais (troca e produção) por parte das classes dominantes, um olhar a partir do ecossocialismo se faz necessário, adicionando uma dimensão ecológica na imensa tradição de reflexões marxistas acerca dos fenômenos jurídicos, especialmente o uso tático do Direito.

As investigações propostas neste texto se alocam na lacuna entre as crescentes reflexões ecossocialistas, tanto na academia quanto nos movimentos políticos, e a tradição do uso tático do Direitos pelos marxistas. Infelizmente, pouco se discute no campo marxista sobre os mecanismos jurídicos de proteção à natureza, menos ainda atrelados a aspectos da luta de classes. Objetiva-se criar sínteses entre essas ferramentas, questionando se existem campos de disputa férteis para um uso tático do Direito nos conflitos socioambientais que permitam vitórias contra o avanço do capital, atreladas a uma estratégia revolucionária ecossocialista de superação completa do capitalismo.

Para tal, observou-se a necessidade de dar maior nitidez para o ecossocialismo, preenchendo-o de sentido e trabalhando com algumas categorias importantes para a análise da realidade que escancara a necessidade dele. Inicia-se o primeiro capítulo apresentando a separação, proposta por John Bellamy Foster, do pensamento ecossocialista em três estágios: uma primeira fase de introdução de teorias ecológicas do marxismo, uma segunda fase de descoberta de um pensamento ecológico dentro do marxismo e a terceira de síntese do ecossocialismo com os movimentos classistas com caráter ecológico ligados aos movimentos de massa e cosmovisões diferentes da razão instrumental moderna. Apesar da praticidade da categorização na área acadêmica, utiliza-se da obra de Michael Lowy para demonstrar o quanto o ecossocialismo, forjado na luta de classes e nos setores dinâmicos atuantes nela, é muito mais complexo, e como as fases acabam se misturando na realidade concreta.

Entende-se o ecossocialismo como uma corrente aberta de ação e pensamento, na qual a luta de classes é preenchida de significado ecológico a partir da interdependência dos sujeitos no Sistema-Terra. Dessa forma, a contradição principal exposta pelo ecossocialismo é a de que vivemos em um planeta que é um sistema finito (Sistema-Terra), no qual o agente mais significativo se organiza em um

modelo de apropriação da natureza que tem necessidade de expandir-se infinitamente (o capitalismo).

O Antropoceno, enquanto tempo geológico marcado pela interferência antrópica, foi englobado desde seu surgimento pelos pensadores marxistas que propunham uma dimensão ecológica, entendendo o enorme potencial mobilizador de uma categorização científica que coloca a humanidade como um agente com capacidade de transformações geológicas. Isso torna inevitável que a forma como nos organizamos economicamente enquanto sociedade (capitalismo) esteja no centro da discussão ecológica e, após décadas de Grande Aceleração, na sobrevivência da espécie.

O capitalismo organizou-se a partir do fim da Segunda Guerra Mundial em cadeias globais: extração de valores de uso em regiões periféricas, levados para outras regiões periféricas para a produção industrial, com menor custo de força de trabalho, e comercializada pelos países centrais que dominam a tecnologia e as redes de distribuição. Esse movimento, chamado de Grande Aceleração, criou as formas de maior acumulação de valor possível por parte dos capitalistas, em detrimento da natureza. A distribuição desigual entre as regiões do planeta que encabeçam a apropriação da natureza acelerada e as que acumulam os valores cria todo um aparato garantidor desse fluxo de capitais e valores de uso dos países periféricos para os centrais, o que é chamado de imperialismo ecológico.

Desde o nascimento do capitalismo na Europa, existe uma necessidade de destituir os trabalhadores de todas as possibilidades de posse dos meios de produção. Expulsa-se os camponeses do campo para concentrá-los na cidade, o que permite regimes de trabalho baseados na exploração de força de trabalho no campo, bem como a formação do exército de reserva necessário para o capitalismo industrial. Poucas pessoas no campo e uma concentração enorme nas cidades cria um desequilíbrio no sistema de trocas materiais e energéticas entre a sociedade humana e a natureza, uma ruptura metabólica. O que é reproduzido pelo capitalismo no Antropoceno é uma Ruptura Ecológica Global, na qual essa separação entre “campo” e “cidade” assume um caráter de proporções planetárias, concentrasse a maior parte da produção agrária e exploração da natureza em algumas regiões e o consumo em outras.

Depois da definição de qual é o entendimento de ecossocialismo, busca-se confrontá-lo com as discussões do uso tático do Direito pelos marxistas. No segundo

capítulo são expostas as razões do porquê deve-se alocar dentro de uma estratégia revolucionária a atuação dos ecossocialistas dentro do campo jurídico e como isso se relaciona com as necessidades materiais e ganhos possíveis nos conflitos socioambientais, almejando responder a questão central deste trabalho sobre se há possibilidade desse uso tático e quais são os campos férteis de disputa.

Por último, no terceiro capítulo aproxima-se as definições principais dos capítulos anteriores para um olhar mais espacializado na realidade brasileira, propondo um olhar ecossocialista para o nosso capitalismo, marcado pela dominação colonial, pelo latifúndio e pelo genocídio de povos originários. Conclui-se a espacialização com um exemplo concreto de como enxergar um conflito socioambiental sob a ótica de um uso tático do direito ecossocialista, observando o conflito no bairro do Caximba no município de Curitiba/PR.

Para demonstrar essa argumentação dos capítulos subsequentes, utiliza-se de uma revisão bibliográfica das mais recentes discussões acerca do ecossocialismo, de autoras e autores do marxismo latino-americano, bem como pensadoras de outras tradições políticas, que dão respostas concretas para problemas reais e devem ser utilizadas atreladas a uma estratégia revolucionária pelos ecossocialistas. Em complemento à revisão bibliográfica, utiliza-se análise de legislação e fontes secundárias para aprofundar as argumentações com dados. Entende-se que não é uma investigação que esgota a ampla gama de possibilidades e necessidades na discussão acerca do uso tático do Direito pelos ecossocialistas, até porque conjunturas e, especialmente a correlação de forças, mudam todos os dias. Contudo, o que a defesa de um marxismo crítico nos mostra é que o terreno de obras é mais importante do que as obras prontas.

A luta de classes é travada na materialidade, no acúmulo de forças do cotidiano. Este trabalho é desenvolvido sabendo ser parte dessa luta de classes, pretendendo fornecer ferramentas para os oprimidos defenderem-se de seus exploradores que utilizam-se das armas mais violentas para garantir a apropriação crescente da vida dos trabalhadores e da natureza.

## 2. POR QUE ECOSSOCIALISMO? URGÊNCIA E RADICALIDADE

Ao iniciar o primeiro capítulo deste trabalho, cabe estabelecer alguns entendimentos a respeito da forma e dos objetivos da abordagem acerca do ecossocialismo que estará presente na argumentação subsequente. Não é o objetivo desta pesquisa ser uma introdução ao ecossocialismo, menos ainda um guia ou glossário para o entendimento do marxismo. Porém, serão apresentadas algumas categorias e conceitos marxistas pela necessidade de diferenciação no entendimento em relação aos manuais de economia política soviéticos e de todo o mecanicismo presente na teoria comunista do século XX.

Esse alerta também explicita que não há nenhuma intenção de uma apresentação neutra acerca dos fenômenos naturais/sociais apresentados, assim como do próprio ecossocialismo. Com isso estabelecido, ressalta-se que a pesquisa se apoia na tradição marxista revolucionária para uma compreensão da construção e acúmulo de pensamento marxista, de forma dialética e histórica. Não faltarão críticas às tentativas atuais de aproximar o ecossocialismo de uma visão ambientalista, muito pelo contrário. Parte significativa da exposição será direcionada para explicitar os motivos pelos quais apenas uma ruptura completa com o sistema capitalista é capaz de solucionar a profunda crise civilizatória da atualidade.

Com esses padrões estabelecidos, a primeira pergunta que se objetiva responder de fato é: o que é ecossocialismo? Essa pergunta é frequentemente feita em espaços acadêmicos e de organização política, não por outra razão também é o título de um dos livros mais referenciados sobre o assunto. “O que é ecossocialismo?”, de Michael Lowy (2014), é por si só um documento de análise histórica e será a linha guia desta investigação, não por possuir todas as respostas, mas sim por apresentar a maioria das dúvidas.

A partir dessas definições, passaremos então à segunda pergunta norteadora do capítulo: por que o ecossocialismo? A historização do processo de formulação do pensamento e ação ecossocialista alicerça a discussão acerca de sua necessidade enquanto socialismo da urgência climática e a de uma superação completa do capitalismo para evitar o colapso climático, além de como o marxismo lida com a relação dialética natureza-ser humano.

## 2.1 AS TRÊS FASES DO ECOSSOCIALISMO?

Preliminarmente, se faz necessária uma explicação sobre o que seriam as duas primeiras fases e a proposta de uma terceira, que hoje se coloca à frente dos processos políticos ecossocialistas, com forte ênfase na América Latina, mas também no Oriente Médio e Sudeste Asiático. Essa divisão por fases é proposta por John Bellamy Foster e é explicada, de forma telegráfica, em seu artigo “Marxism in the Anthropocene: Dialectical Rifts on the Left” (FOSTER, 2016a) e com maior profundidade na introdução do livro “Marx and the Earth: An Anti-Critique” (2016b, pg. 1-56).

As duas fases propostas por Foster seriam divididas da seguinte forma: o “primeiro estágio” do ecossocialismo seria compreendido pelos pensadores da segunda metade dos anos 70 até meados dos anos 90, caracterizando-se pela tentativa de enxertar teorias ecológicas dentro do marxismo. Para Foster, apesar dos avanços significativos e quebras com os neo kautskistas<sup>2</sup>, esse estágio falha em conseguir uma aproximação de fato dialética entre a ecologia e o marxismo, criando contradições internas profundas.

Já a segunda fase se desdobraria a partir das descobertas da ecologia marxista do final dos anos 90 até o ano de 2016<sup>3</sup>, especialmente a redescoberta da ruptura<sup>4</sup> metabólica. Para Foster, esse seria o ponto de virada no qual os ecossocialistas deixam de enxertar teorias verdes no marxismo, para formular um pensamento ecológico propriamente marxista (FOSTER, 2016b, pg. 3-4). Como é comum dizer entre os ecossocialistas: deixar de colocar o verde no vermelho e começar a encontrar o verde dentro do vermelho.

Ainda nos textos citados, existem menções a uma possível fase “pré figurativa” do ecossocialismo, na qual as condições materiais do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial e o início da chamada Grande Aceleração teriam levado alguns pensadores a debruçar-se nas questões ecológicas. Cabe aqui um complemento de Michael Lowy a essa reflexão de Foster: além dos marxistas que tradicionalmente aparecem como pioneiros nas preocupações ecológicas, como

---

<sup>2</sup> As tradições mecanicistas e economicistas que, em geral, defendem que o socialismo se desenvolve a partir de um avanço na capacidade produtiva e no desenvolvimentos das forças produtivas.

<sup>3</sup> Data das publicações anteriormente citadas.

<sup>4</sup> Ressalta-se que tanto “falha” quanto “ruptura” são usadas para traduzir do inglês “metabolic rift”.



Herbert Marcuse, também existe todo um conjunto de fontes não marxistas, como teóricos da ecologia social e parlamentares europeus que compunham partidos verdes (LOWY, 2019a).

Cabe ressaltar que a separação dessa forma não é consensual, existe um questionamento acerca do teor valorativo entre os dois estágios, além de juntar teorias completamente diferentes não só qualitativamente, mas em grau de consonância metodológica com o marxismo. É questionado se a separação baseada especialmente na centralidade ou não da ruptura metabólica seria um critério adequado para essa aproximação (WHITE; GAREAU; RUDY. 2017). Isso em nenhum momento diminui a importância dessa historização e classificação, mas evidencia a disputa interna e divergências importantes, especialmente na relação entre natureza e sociedade e a respeito da escassez, muito discutida nas críticas ao neo malthusianismo<sup>5</sup>.

A interrogação presente no subtítulo desta parte do capítulo é proposital. Apesar de uma propositura de Foster (2016b, pg. 10) sobre o que viria a ser esse ecossocialismo de terceiro estágio, ainda é uma ideia em construção e com profunda necessidade de exploração. Foster propõe que esse terceiro estágio do ecossocialismo seria uma aproximação dos movimentos dos oprimidos ao redor do mundo, que já têm na sua resistência uma dimensão ecológica. Muito se diz nessa literatura estadunidense acerca do ecofeminismo marxista, porém ressalta-se que na América Latina existe um movimento profundo de aproximação de cosmovisões de povos originários e comunidades tradicionais ao ecossocialismo. Como expõe Sabrina Fernandes (2020, n.p.):

Atualmente, o terceiro estágio do ecossocialismo está sendo construído a partir da práxis que lida com as contradições do sistema atual, reivindicando alternativas para começar imediatamente. Nessa conversa, as pessoas desalojadas às margens do sistema têm muito a nos ensinar em termos de valores e práticas de organização. À medida que a extrema direita avança na América Latina, é valioso entender como movimentos camponeses, indígenas e ecossocialistas têm denunciado com ousadia a exploração humana como inseparável da exploração da natureza. No esforço por alternativas radicais, esses grupos marginalizados devem ser protagonistas na construção da práxis ecossocialista. (FERNANDES, 2020, n.p)

É evidente a necessidade de um ecossocialismo latino-americano que dê

---

<sup>5</sup>A passagem do Malthusianismo clássico - ideia que baseia-se em um limite econômico do número populacional, o qual normalizaria a ideia de que a Terra está superpovoada e que as misérias sofridas pela classe trabalhadora é natural dessa condição, por isso a divisão de classes -para um malthusianismo mais atual, na qual a crítica centraliza-se não no número de pessoas, mas no de consumidores (FOSTER, 2010, pg. 378-380).

respostas para as necessidades históricas dos povos oprimidos. Para isso precisa estar diretamente conectado com a espiritualidade e os anseios da classe trabalhadora latino-americana. Um dos inspiradores do pensamento marxista latino americano, o peruano Mariátegui, sempre ousou em dizer que o continente precisa de um socialismo que não seja “decalque nem cópia”, mas sim “criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano” (MARIÁTEGUI, 2020, p. 44). Essa é a tarefa que a terceira fase do ecossocialismo deve assumir na América Latina.

Contudo, também é nítido que esse movimento de aproximação, no contexto acadêmico que Foster almeja separar em fases, está em seu começo - apesar de as lutas sociais e até mesmo socialistas com dimensão ecológica ocorrerem há muito tempo -, ainda faltam ferramentas importantes para que de fato seja uma síntese, da mesma forma que o segundo estágio conseguiu realizar, e não mais um período de enxertos. A aproximação deve ser metodológica e profunda, para que não seja uma pura leitura ecossocialista desses movimentos e tradições, mas o florescer de uma luta que una os povos da cidade, campo e biomas em uma luta ecossocialista.

Com todas essas considerações acerca das fases, a argumentação carece ainda de uma definição mais concisa, de forma que a obra herética de Michael Lowy torna-se crucial. Nascido no Brasil e radicado na França, ainda muito novo, saído da Universidade de São Paulo, Lowy vai aventurar-se como pesquisador em Paris, sendo orientado por um importante marxista antipositivista do século XX, Lucien Goldmann. Lowy participa ativamente dos 3 estágios, e é possível argumentar que faça parte até mesmo da fase pré figurativa, não só em produção constante, mas também com atuação concreta nos movimentos políticos, participando dos levantes do final dos anos 60 e 70 na Europa e, em grande parte da sua vida, ocupando-se como dirigente da Quarta Internacional<sup>6</sup>, organização internacional trotskista pioneira no ecossocialismo.

Sua obra mais conhecida nesse sentido é a anteriormente citada, “O que é ecossocialismo” (2014), que nos permite uma avaliação única de um pensador que vive até hoje e ultrapassa os limites temporais das fases, com características próprias de todas elas. Até porque, como ele mesmo enfatiza desde a introdução,

---

<sup>6</sup> Alerta-se que algumas organizações internacionais reivindicam-se enquanto Quarta Internacional, refere-se aqui ao Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI) que é a que agrega a maior parte dos trotskistas e que possui uma ligação organizativa direta com a Quarta Internacional desde a sua fundação.

seu interesse “não é formalização sistemática de ideias e práticas socialistas”, haja visto que “uma das qualidades do ecossocialismo é precisamente sua diversidade, sua pluralidade, a multiplicidade de perspectivas e pontos de vista” (LOWY, 2014, pg. 10).

A perspectiva inicial apresentada é a de que tanto os movimentos ecológicos - desde os conservacionistas do século XIX até as teorias verdes da segunda metade do século XX - quanto os movimentos socialistas buscavam dar respostas para problemas reais da classe trabalhadora, porém os ecologistas erraram ao não enxergar os limites de transformação intra-capitalismo. Já os socialistas acabaram ficando presos na hegemonia burocrática do século XX, especialmente pela Comintern<sup>7</sup>, braço internacional da União Soviética stalinista. Por isso almejam os ecossocialistas a superação desses problemas por meio de uma “corrente de pensamento e ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais no marxismo - ao mesmo tempo que se livra de suas escórias produtivistas” (LOWY, 2014, pg.44).

Lowy utiliza-se de um recurso central em sua obra para conectar as características comuns do capitalismo e do sistema burocrático soviético: a ideologia do progresso (LOWY, 2014, pg. 72). Não é possível superar a sede insaciável do capital por crescimento e apropriação crescente da natureza sem quebrar as estruturas anteriores que garantem as relações de produção e troca capitalistas.

Os meios de produção não são neutros: toda a tecnologia e organização das forças produtivas objetiva o maior lucro e acumulação capitalista possível, em detrimento do trabalho e da natureza. O que Lowy diz sobre essas tecnologias, exemplificadas pelas centrais nucleares? Que as quebreemos, assim como quebraremos o Estado burguês, que as substituamos por forças produtivas nossas, emancipadas, referenciadas nas classes produtoras (LOWY, 2014, pg. 50).

Em seu segundo capítulo, Lowy (2014) aborda a questão da dimensão ecológica em Marx expondo 3 aspectos de seu ponto de vista que se mostram cruciais para entender o momento no qual o ecossocialismo se encontra hoje. São eles: i) o de que os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico de Marx; ii) o de que os escritos de Marx e Engels sobre o assunto não apresentam uma perspectiva unitária e devem portanto serem interpretados e discutidos; iii) o de que a crítica marxiana ao capitalismo é ferramenta indispensável

---

<sup>7</sup> III Internacional Comunista

de uma perspectiva ecológica radical (LOWY, 2014, pg. 21-22). Avaliemos com mais cuidado esses aspectos.

O primeiro deles é uma característica típica dos ecosocialistas de primeiro estágio: entender Marx como um autor “produtivista”. Perspectiva criticada, mas não rompida, por Lowy. Seguindo essa definição inicial, o autor parte para uma afirmação contundente de que as críticas dos ecologistas de que Marx teria um caráter “prometéico” ou mesmo de um humanismo antropocentrista e conquistador, adoradora do progresso, são infundadas:

Ninguém denunciou tanto como o senhor<sup>8</sup> a lógica capitalista de produção para a produção, a acumulação do capital, de ganâncias e de mercadorias como um bem em si mesmo. A mesma ideia do socialismo – ao contrário de sua miserável caricatura burocrática – é o de uma produção de valores de uso, de bens necessários para a satisfação de necessidades humanas. O objetivo supremo do progresso técnico para o senhor não é crescimento infinito de bens (“o ter”), mas sim a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (“o ser”). (LOWY, 2018, pg. 165)

Lowy desenvolve nos parágrafos subsequentes uma defesa substancial de que, por um lado, Marx utilizava-se de uma terminologia como “dominação” e “supremacia” para com a natureza, mas que esses eram termos essenciais ao entendimento do avanço científico e tecnológico da época. Além disso, a aproximação com o materialismo desde sua juventude fez com que Marx, em sua obra, tenha tido especial atenção pelo aspecto natural do ser humano e de suas capacidades enquanto transformadores da natureza por meio do trabalho:

A universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010, p. 84)

Entender o ser humano enquanto parte da natureza e em relação dialética com ela é parte crucial para entender os conceitos que serão desenvolvidos no próximo subtítulo.

Nesse contexto, o segundo aspecto explicitado por Lowy se mostra de especial importância. Sendo um marxista revolucionário, não poderia compreender a

---

<sup>8</sup> A forma como Lowy se dirige a Marx neste texto se deve ao formato escolhido pelo autor, que emula uma “carta” à Marx.

obra de Marx de outra forma que se não a partir da ótica marxista, com críticas histórica e espacialmente alocadas de sua produção e condições materiais de existência. É nítido que existem incompletudes e incoerências que podem ou não existir na obra marxiana. Isso não diminui as contribuições de Marx, como aponta Lowy, devem ser tratadas como uma teoria aberta, que deve ser sempre criticada e complementada pelas tarefas e mentes de tempos distintos:

A obra de Marx foi frequentemente apresentada como um edifício monumental, de arquitetura impressionante, cujas estruturas se articulavam harmoniosamente, dos alicerces até o telhado. Mas não seria melhor considerá-la como um canteiro de obras, sempre inacabado, sobre o qual continuam a trabalhar gerações de marxistas críticos? (LOWY, 1997, pg. 30)

A título de exemplo, seria absurdo esperar de Marx reflexões acerca da concentração de carbono antropogênico na atmosfera em meados do século XIX ou uma preocupação com o desenvolvimento das forças produtivas a ponto de causar um completo colapso climático e civilizacional. Mas suas reflexões são indispensáveis para o ecossocialismo que hoje se alastra pelo planeta.

O terceiro aspecto ressalta a importância das descobertas dos ecossocialistas de segundo estágio, especialmente a ecologia marxista, com ênfase na ruptura metabólica<sup>9</sup>, que será explicitada posteriormente neste capítulo. Novamente, como ele mesmo aponta, Lowy não está propondo uma solução para o questionamento acerca da existência ou ausência de um caráter ecológico na obra marxiana, mas pretende apresentar a centralidade disso no entendimento ecossocialista do marxismo, entendendo que isso deve ser tratado de forma dialética, almejando a assunção<sup>10</sup> das investigações anteriores.

Após essa exposição acerca da relação dialética entre os ecossocialistas de primeira e segunda fase, é latente na obra de Lowy uma tendência de se aproximar do que seriam ecossocialistas de terceiro estágio. Em “O que é ecossocialismo?” (2014), são expostas diversas vezes a necessidade de aproximação com os movimentos de luta pela terra, do ecofeminismo, dos processos latino-americanos que ele chama de ecologia dos pobres, das lutas indígenas, etc. Tal apontamento pode parecer trivial, entretanto é crucial para que a definição apresentada pelo autor possa ser compreendida em sua totalidade. Diz ele que ecossocialismo é:

<sup>9</sup> Ruptura causada pelo sistema capitalista no metabolismo de trocas materiais e energéticas entre seres humanos e natureza. A ser explicitado com profundidade no ponto 2.3.

<sup>10</sup> Processo de negação, manutenção e superação por meio da linguagem dialética.

Corrente de pensamento e ação, que engloba as teorias e os movimentos que aspiram a subordinar o valor de troca ao valor de uso, organizando a produção em função das necessidades sociais e das exigências de proteção ao meio ambiente. (LOWY, 2014. pg .45)

Logo, o ecossocialismo é uma corrente de pensamento e ação, herética por essência, capaz de dialogar com movimentos de tradições teóricas distintas, mas com dimensão ecológica da luta concreta. A ênfase no valor de uso subjugando o valor de troca se apoia na necessidade de os bens serem produzidos e distribuídos de forma socialmente referenciada, na qual se realizem enquanto objeto útil por atender uma necessidade e não ao serem trocados e realizados enquanto mercadoria.

Exatamente por esses fatores, Lowy desenvolve, posteriormente, discussões importantes acerca da ética ecossocialista e do planejamento democrático, como proposta ambientalmente enraizada para as tomadas de decisões em um socialismo que, para abarcar as diferentes necessidades de povos nos mais variados contextos ecológicos, precisa de uma democracia extensa, direta e territorializada. Contudo, não cabe nessa investigação um escrutínio acerca dessas categorias.

Embora a classificação proposta por Foster seja de grande utilidade para uma organização das discussões acadêmicas e teóricas do ecossocialismo, é importante entender sua limitação. A luta ecológica travada por socialistas em comunidades tradicionais é feita muito antes de um interesse acadêmico, como observa-se na herança de Chico Mendes (LOWY, 2014, pg.11-19). Da mesma forma, pessoas que participaram ativamente dessas lutas e sintetizaram debates ao longo de toda sua história de vida e de ação política, como Michael Lowy, transcendem os estágios, os criticam e os inter relacionam. Novamente, isso não diminui a importância dessa categorização, muito menos torna essas lutas e pessoas incoerentes, mas sim dialéticas, característica central de uma luta ecossocialista que almeja responder às tarefas do nosso tempo.

A questão central respondida neste subtítulo é o entendimento de ecossocialismo que será utilizado nas reflexões subsequentes, que será a base para a discussão posterior acerca da necessidade, urgência e radicalidade do ecossocialismo.

## 2.2 COLAPSO CLIMÁTICO NO ANTROPOCENO E O IMPULSO EXPANSIVO DO CAPITAL

O primeiro conjunto de ideias abordado tem como objetivo traçar duas premissas principais: i) existe uma crise ecológica/climática em curso que terá proporções catastróficas nas próximas décadas; ii) essa crise ecológica é antrópica e causada pelo capital.

O termo “Antropoceno” foi utilizado pela primeira vez em uma conferência do *International Geosphere-Biosphere Program* (IGBP) em fevereiro de 2000 pelo já vencedor do Prêmio Nobel de Química Paul J. Crutzen. O químico foi um dos mais importantes cientistas que dedicou estudos a respeito de mudanças climáticas e ganhou o Nobel ao demonstrar o efeito de gases na destruição da camada de ozônio (ANGUS, 2017, pg. 27-28). O termo parte de um raciocínio inicialmente simples: a ação antrópica hoje é colossal a ponto de se tornar uma força ecológica, afetando inclusive fatores que são utilizados para definir tempos geológicos como biodiversidade, concentração de determinados gases, temperatura média do planeta, etc.

Faz-se necessária uma explicação sobre o porquê do uso do termo “Antropoceno” ao invés de “Capitaloceno”<sup>11</sup> para o presente trabalho. Diferentemente do que muitas vezes é exposto, não são propostas iguais com diferentes nomenclaturas, mas sim olhares diferentes de uma mesma relação problemática natureza-humanidade e que possuem importantes defensores na tradição ecossocialista. Dito isso, a escolha se fez por uma tentativa de simplificação do trabalho, visto que essa discussão em si já mereceria uma investigação própria.

Portanto, sendo o termo mais utilizado pela maioria dos autores base para essa pesquisa, além de a proposta de Capitaloceno não necessariamente se opor ao estabelecimento de um tempo geológico, tal qual é a proposta do Antropoceno, mas sim um outro olhar sobre o próprio processo fundador dessa categoria (BARRETO, 2021, n.p.), escolheu-se uma análise a partir da ideia de Antropoceno.

---

<sup>11</sup> O maior expoente da defesa do “Capitaloceno” a nível internacional é o professor da Universidade de Binghamton, Jason W. Moore. Ele defende que o Antropoceno tornou-se mais do que uma caracterização científica (MOORE, 2017, pg. 2) e torna-se uma defesa política de um dualismo Humanidade x Natureza. Moore, defende que o capitalismo é uma organização específica da humanidade que cria essa separação, que intrinsecamente não existiria (MOORE, 2017, pg.7).

Com isso posto, para entender essa revisão do local na sociedade humana dentro do Sistema-Terra, cabe defini-lo enquanto sistema que possui as seguintes características: i) é materialmente fechado, possuindo uma fonte primária de energia externa que é o Sol; ii) os principais componentes dinâmicos do Sistema-Terra são um conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos interligados processos que circulam (transporte e transformação) a matéria e a energia de maneira complexa e dinâmica dentro do Sistema; iii) os processos biológicos/ecológicos são parte integrante do funcionamento do Sistema-Terra, e não apenas os destinatários de mudanças na dinâmica de um sistema físico-químico; iv) os seres humanos, suas sociedades e suas atividades são um componente integral do Sistema-Terra, e não uma força externa perturbando um sistema natural outro (ANGUS, 2017, pg. 31-32).

Dessa forma, a maneira como as sociedades humanas se organizam é crucial para determinar as transformações e os impactos no Sistema-Terra e em todos os outros componentes dinâmicos. Essa definição por si só afasta a falsa polêmica de críticos do Antropoceno que alegam essa terminologia atribuiria uma responsabilidade igual entre todos os seres humanos. Isso sequer é discutido nos espaços de debate científico acerca do clima (COSTA, 2020, n.p).

Tendo essas definições em vista, não é surpreendente que a maioria dos climatologistas defenderam, em 2019, no Grupo de Trabalho do Antropoceno, a tese de que o marco inicial do Antropoceno seria em meados do século XX (ANGUS, 2020, n.p). A chamada Grande Aceleração que ocorreu a partir dessa época é significativa para pensarmos no impacto geológico da atividade antropogênica. O IGBP realizou estudos com critérios geológicos (dióxido de carbono atmosférico, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, desmatamento, etc) no período entre 1750 e 2000, sendo que todos demonstraram um crescimento linear até a década de 1950, período a partir do qual o gráfico se transforma em um crescimento exponencial (ANGUS, 2017, pg. 28).

Esse período é marcado pelo aumento da exploração de recursos fósseis e minerais, da produtividade com técnicas que resultaram na Revolução Verde e das cadeias de produção a nível global. Por isso, os ecossocialistas perceberam muito cedo a importância dos estudos do Antropoceno para o marxismo, interligando a ação antrópica com o modo de produção capitalista (FOSTER, 2015, pg. 90).

A aproximação com as discussões do Antropoceno e a Grande Aceleração trouxe uma oportunidade para os ecossocialistas, que conectam as mudanças



climáticas com o necessário fim do capitalismo. Desde a obra marxiana é construída a ideia de impulso expansivo do capital, a Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 2017, pg. 552-553). De forma sintética: se existe um crescente ganho de valor socialmente acumulado, os capitalistas (detentores dos meios de produção) precisam sempre buscar uma maior acumulação de valor a partir de troca de mercadorias e, assim, o acúmulo de mais-valor retirado da exploração da força de trabalho. Um capitalista que mantém sua riqueza não investida em mais meios de produção e mais força de trabalho acaba sempre tendo uma proporção menor desse valor socialmente acumulado, logo, menor acesso a essa riqueza socialmente distribuída. Eduardo Sá Barreto vai ainda mais longe nessa argumentação, já a relacionando com a apropriação do valor de uso:

O desenvolvimento das forças produtivas cria uma tendência de declínio do valor unitário das mercadorias. Dado que este desenvolvimento tem origem na dinâmica interna do capital e, por este motivo, é direcionado a atender aos imperativos inerentes ao movimento de valorização do capital, a produção de valores de uso deve crescer não apenas na medida em que satisfaz as necessidades, mas no ritmo adequado à expansão do valor e do mais-valor. Ou seja, a produção de valores de uso, para possibilitar a acumulação em escala ampliada, deve crescer em um ritmo tal que supere a velocidade da queda do valor de cada unidade produzida. (BARRETO, Eduardo Sá. O CAPITAL NA ESTUFA: Para a crítica da economia das mudanças climáticas. 2019. Pg. 204.)

O capital em sua fórmula  $d - m - d'$ , ou seja, dinheiro que compra mercadoria e termina com uma quantidade maior do que a inicial, é a fórmula ideal de circulação de capital para os capitalistas. Outro movimento, que não crie excedente a ser investido em mais força de trabalho e meios de produção, já é por si só subótimo aos capitalistas.

Como argumentam John Bellamy Foster e Fred Magdoff (2011, pg. 53-59), analisando o capitalismo contemporâneo, essa regra se mantém mais atual do que nunca, inclusive as características da Grande Aceleração intensificaram esse processo. Os países “desenvolvidos”, principalmente da Europa Ocidental, Canadá e até mesmo os EUA, mantêm hoje um crescimento baixo, estável e, às vezes, muito próximo do zero. Contudo, os lucros das empresas multinacionais desses países nunca foram tão grandes. Transferir setores com altos custos ambientais não pagos no capitalismo - acidificação da água, desmatamento, mortes no processo de extração de minérios, poluição e etc - para países de capitalismo periférico com mão de obra superexplorada é a resposta para grandes manter grande crescimento de produção (FOSTER; MAGDOFF, 2011, pg. 40).

Isso cria uma nítida contradição entre o Sistema-Terra e o capitalismo expansivo. Se temos um sistema de recursos limitados e um modo de organização da produção humana baseado em crescimento ilimitado - que necessariamente se utiliza desses recursos - um dos dois precisa se adequar ao outro. Visto que não está no horizonte uma superação do Sistema-Terra enquanto sistema materialmente isolado, o que resta para impedir o colapso climático é o fim do capitalismo. É tão absurdo continuarmos produzindo milhões de celulares que retiram, cada um, mais de 70 kg de rocha para serem produzidos e descartados em alguns anos (COSTA, 2019a, n.p.) quanto imaginar um capitalismo decrescente ou estacionário.

O ecossocialismo é necessariamente urgente, se estamos falando de uma possibilidade de colapso climático com um completo desequilíbrio do Sistema-Terra, observado por alguns fatores, como os apresentados por Angus (2020, n.p):

- 1) Aquecimento global: os cinco anos mais quentes já registrados foram 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.
- 2) Biodiversidade: as populações de insetos terrestres caíram 25% desde 1990.
- 3) Oceano Ártico: a cobertura de gelo no verão está diminuindo cerca de 13% ao ano.
- 4) Peixes: cerca de 90% das populações de peixes marinhos estão agora totalmente exploradas, superexploradas ou esgotadas.
- 5) Destruição de terras: Dependendo da localização, o solo fértil está sendo erodido entre dez e cem vezes mais rápido do que o solo novo pode se formar.
- 6) Desmatamento: em média, uma área de floresta do tamanho do Reino Unido foi perdida todos os anos de 2014 a 2018.

Com a maioria dos climatólogos apresentando a década de 40 ou 50 como um ponto de colapso - com grandes ondas de calor nas zonas intertropicais, enchentes, tornados, desertificação de grande parte das zonas produtivas, aumento do nível do mar, etc - o ecossocialismo se coloca como o socialismo da urgência climática, uma resposta ao avanço infinito do capital sobre a natureza e a vida da classe trabalhadora. Admitindo a crise ecológica, admite-se também a necessidade do fim do capitalismo nas próximas 2 ou 3 décadas. Trazendo as teses sobre a história de Walter Benjamin, precisamos cada vez mais pensar na revolução não como uma locomotiva da história, mas como um freio de emergência que impeça toda a sociedade humana de seguir na linha do progresso capitalista rumo ao abismo (LOWY, 2017, pg. 99).

### 2.3 RUPTURA METABÓLICA E IMPERIALISMO ECOLÓGICO

Neste subtítulo, observaremos algumas descobertas importantes acerca da compreensão da relação ser humano-natureza, especialmente a partir da redescoberta da ruptura metabólica e de sua centralidade para o método marxista. Também serão discutidas as relações de produção e divisão internacional do trabalho no contexto atual, interseccionando a ruptura metabólica com a argumentação anterior do Antropoceno e dos limites do Sistema-Terra sob a lógica do capitalismo.

No final dos anos 90, John Bellamy Foster publicou uma das obras que inauguraram o segundo estágio do ecossocialismo, o livro “A ecologia de Marx: materialismo e natureza” (FOSTER, 2005). Dentre as diversas proposituras do autor, a que aparece como principal norteador da reflexão metodológica é a “ruptura metabólica”, sobre a qual será feita uma investigação mais criteriosa.

Ressalta-se de antemão que o interesse de Marx acerca da ecologia é própria de seu tempo. Marx viveu e produziu seus textos durante a chamada segunda revolução agrícola (1830-80), relacionando-se de forma muito interessada com as descobertas científicas da época. Especialmente em relação à ruptura metabólica, a Química Agrícola desenvolvida por Justus Von Liebig é fundamental. Essa segunda revolução caracteriza-se pela criação de técnicas de manejo químico do solo e pelo nascimento das grandes indústrias de fertilizantes agrícolas diretamente ligadas com o aumento de produtividade (FOSTER, 2005, pg. 210). Marx, como produto histórico de seu tempo, introduziu em suas reflexões de economia política essas descobertas, assim como hoje é feito com as discussões acerca do Antropoceno. Uma característica de longa data é a proximidade com as ciências por meio do marxismo a partir da dialética (FOSTER, 2020, n.p.).

Com essas descobertas florescendo no século XIX, Marx teve acesso às primeiras discussões acerca do esgotamento do solo pelo uso intensivo do meio ambiente para a produção de mercadorias, mas mais do que isso, pelo desequilíbrio das trocas materiais energéticas naturais. É evidente que Marx não considerava a sociedade humana como um elemento uno com a natureza. Existem construções humanas de transformação da natureza que não são naturais, apesar de relacionar-se com elas, como pontes, prédios... Esse desequilíbrio causado, inicialmente, pela própria separação entre campo e cidade criava um metabolismo

social no qual determinados elementos faltavam em uma ponta e se acumulavam em outra.

A fim de explicar isso com maior nitidez, em “O Capital”, Marx coloca essa ruptura metabólica como a própria gênese do capitalismo: com o desenvolvimento das forças produtivas no final do século XVIII, um número muito menor de trabalhadores, às vezes 10 ou 100 vezes menos, conseguiam garantir a mesma produtividade agrícola que em períodos anteriores. Isso deu início a um processo chamado “cercamento”, no qual uma enorme parcela dos camponeses foram expulsos de suas terras, que foram ocupadas principalmente por rebanhos de carneiros, e depois tornaram-se grandes latifúndios (FOSTER, 2005, pg. 238-240).

Essas massas camponesas expulsas de suas terras, que proviam a reprodução da vida, foram obrigadas a migrar para as cidades. Acumularam-se, criando o exército de reserva e a fluidez de capitais necessária para o capitalismo prosperar. O mesmo movimento cria a possibilidade de exploração de mais-valia no campo, articulando o capitalismo agrário, e as condições para o capitalismo urbano, desfazendo todas as formas de relação de posse dos trabalhadores, desconectando o ser humano e a terra (MARX, 2011, pg. 408).

Logo, o metabolismo social, ao qual a ruptura capitalista desequilibraria, seria um sistema de trocas químicas e físicas através de um sistema socioecológico que seria regulado através de leis naturais (leis da física e química) e também de leis sociais (FOSTER, 2005, pg. 224), visto que a organização da sociedade altera radicalmente a forma e a dimensão do trabalho exercido, sendo o trabalho “a apropriação da natureza para satisfação das necessidades humanas, a atividade através da qual o metabolismo entre o homem e a natureza é mediado.” (MARX *apud* FOSTER, 2005, p. 222). A economia política de Marx, sendo uma superação dos clássicos de Smith e Ricardo, direciona também essa ruptura como uma estrutura de acumulação e riqueza destituindo o trabalhador da propriedade comunal e a privatizando:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 24).

Dessa forma, aliena-se o trabalhador e a natureza, já que o trabalho deixa de ser mediado pela necessidade das pessoas e passa a ser mediado pela propriedade

privada dos capitalistas, assim como ao longo do tempo a natureza - nesse caso, a terra - é desapropriada do seu valor de uso, com o solo tornando-se infértil e desertificado. O próprio metabolismo social de interação por meio do trabalho é desequilibrado e, portanto, rompido.

À época, a maior preocupação com a ruptura metabólica era a extensão de terra crescente que tornava-se improdutiva pela falta de nutrientes no solo, ao mesmo tempo que esterco e outros resíduos orgânicos acumulavam-se nas cidades gerando problemas sanitários, acumulação de lixo e doenças. Em algum nível, a obra marxiana propôs uma ruptura metabólica também a nível global, na separação dos trabalhos específicos exercidos nas colônias (FOSTER, 2005, pg. 232), mas nada próximo do que hoje vivemos em nossa realidade pós Grande Aceleração.

A extrema importância da redescoberta da ruptura metabólica para a ecologia marxista e, conseqüentemente, para o ecossocialismo, se expressa em duas premissas principais: i) o ser humano enquanto parte da natureza e enquanto criador de uma sociedade exploradora da natureza extrai o valor de uso da natureza a partir do trabalho; ii) o capitalismo ao estabelecer uma relação de propriedade privada com a terra cria um afastamento do trabalhador com a terra e cria um desequilíbrio de trocas materiais e energéticas com o meio.

A segunda é extensamente desenvolvida e ampliada para o conhecimento científico atual pelos ecossocialistas de segundo estágio, também conhecidos como *metabolistas (rift scholars)*<sup>12</sup>. Esses pensadores encarregaram-se em especial de conectar as discussões acerca do Antropoceno e da Grande Aceleração com a ruptura metabólica.

Antes de apresentar a síntese dessa investigação, uma categoria intermediária se faz necessária para que uma aproximação metodológica ocorra: a de imperialismo ecológico. Discussões acerca do imperialismo remontam aos teóricos da Segunda Internacional no início do século XX, com ênfase em Lênin na obra “O imperialismo: fase superior do capitalismo” (2010) e Rosa de Luxemburgo em “A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do capitalismo”. De forma resumida, os debates se atentaram à forma como a Lei Geral da Acumulação fazia com que grandes capitalistas, com uma maior capacidade de

---

<sup>12</sup> A tradução literal seria algo como pensadores falhistas/rupturistas, utilizarei uma tradução que remonte mais ao sentido original no português.

generalização da produção e de concentração de maior parcela do valor socialmente acumulado, criassem uma tendência internacional de monopolização do capital.

A partir dessa categoria base, o século XX foi repleto de interpretações e adaptações dos mais variados pontos de vista acerca dessa questão. Na atualidade, é inegável que, além da concentração de capital que se aproveitaria da divisão internacional do trabalho para conseguir as condições mais favoráveis de acumulação, também existe uma divisão internacional da destruição e impactos ambientais. As atividades econômicas que demandam maior exploração da natureza direta ou indiretamente são relegadas aos países periféricos. Dessa forma, a apropriação de valor com a troca de mercadorias se funde com uma apropriação e consequente acumulação dos valores de uso.

Quando um país como o Brasil, com matriz econômica primarizada, exporta uma *commodity*, como a soja, não está exportando apenas o grão, mas as quantidades excessivas de água, o solo que está sendo degradado, a floresta desmatada, as vidas de comunidades tradicionais e originárias perdidas nesse processo, etc. A organização social e econômica que cria esse diferencial é o chamado imperialismo ecológico<sup>13</sup>:

Lucros extra-elevados derivados das rendas imperialistas, drenados a partir da periferia ou do Sul global no processo de produção de mercadorias primárias, como Samir Amin demonstrou, assumem historicamente duas formas: (1) transferências de valor de troca, e (2) transferências de valor de uso. Estas últimas podem ser vistas como um processo de imperialismo ecológico, por meio do qual a extração de recursos tem frequentemente devastado os países pobres, que têm sido confrontados com a expropriação (apropriação sem equivalente ou reciprocidade) dos "dons gratuitos da Natureza ao capital" que se encontram nos seus territórios, juntamente com os custos ecológicos da sua extração. (FOSTER; HOLLEMAN; CLARK, 2019, n. p.)

Como observado por Illena Felipe Barros a respeito do agronegócio, a acumulação de terra na mão de poucos latifundiários no Brasil permite o poder político e a competitividade econômica que garantem um lugar privilegiado no comércio internacional, ao mesmo tempo que os capitalistas internacionais ganham com a *commodity* barata e com a venda de tecnologia em sementes transgênicas e agrotóxicos (BARROS, 2018, 182). É importante entender que o imperialismo não é

---

<sup>13</sup> Na obra de autoras(es) analisados no decorrer do trabalho é comum encontrar outros termos como "imperialismo extrativista"; "neoextrativismo" ou até mesmo "imperialismo", são conceitos que partem da mesma premissa das regiões periféricas do capitalismo enviando valores de uso e trabalho superexplorado para o centro, a escolha de usar o termo "imperialismo ecológico" se dá pela complexidade em atrelar esse movimento às mudanças climáticas.

uma via de mão única, pelo contrário, é um sistema internacional de favorecimento e acumulação capitalista. Dessa forma, todo o modo de expropriação da natureza se organiza em um sistema complexo de propaganda, controle político e acumulação de capital para o desenvolvimento desses monopólios (FOSTER; MAGDOFF, 2011, pg. 46-52).

Observando a Grande Aceleração, é inegável que o desenvolvimento das forças produtivas não foi apenas exponencial, mas também internacionalmente organizado para criar as grandes cadeias de produção a nível global, a fim de baratear os custos com o capital fixo e variável, delegando o máximo de custos possível para a natureza. Essa reflexão levou os ecossocialistas a uma importante conclusão a respeito da ruptura metabólica no Antropoceno.

A separação campo-cidade continua sendo um problema, com um campo cada vez mais mecanizado e com a terra cada vez mais concentrada na mão de poucos em regiões como a América Latina, bem como cidades com problemas sociais e ambientais crescentes. Contudo, a ruptura hoje também se expressa em uma forma global - não mais como uma exceção de algumas mercadorias coloniais, como prenunciava Marx - e sistemática de divisão internacional de destruição ambiental e acumulação de valor de uso. Os países intertropicais, mesmo tendo menos possibilidade de explorar a natureza que enriqueceu os capitalistas no Norte Global, são os que mais sofrerão com as mudanças climáticas (FOSTER; HOLLEMAN; CLARK, 2019, n. p.).

Cria-se a necessidade de uma nova categoria de ruptura, que consiga recepcionar as descobertas acerca dos impactos das mudanças climáticas, do desequilíbrio do ciclo de nitrogênio, da acumulação de gases de efeito estufa e da sexta extinção (COSTA, 2019b, n.p.).

Parte-se da mesma premissa de organização social humana baseada na dominação de ser humano por ser humano estabelecendo uma intermediação capitalista entre ser humano-terra (FOSTER; CLARK; YORK, 2010, pg. 47). Contudo, entende-se que essa desigualdade internacional da exploração da natureza não é apenas uma ruptura metabólica da forma como Marx definiu abstratamente, mas de forma específica, uma ruptura ecológica global<sup>14</sup> na qual a concentração e a escassez de determinados componentes dinâmicos está

---

<sup>14</sup> Ressalta-se que o termo original é *global ecological rift*.

diretamente interligada com os efeitos das mudanças climáticas e suas consequências (FOSTER; CLARK; YORK, 2010, pg. 149).

O ecossocialismo é uma corrente aberta, que almeja subjugar, enquanto categoria social principal de valoração, o valor de troca ao valor de uso. O Sistema-Terra, ao qual toda natureza pertence, é escasso, contraditoriamente à forma de organização da sociedade humana que compõe o Sistema-Terra, o capitalismo, que possui uma necessidade imanente de expansão e acumulação de capital, não só do valor da força de trabalho da classe trabalhadora, mas também da natureza.

Por essa razão, ao longo do tempo desenvolveu-se uma relação de dominação entre parcelas específicas da humanidade - possuidoras do poder político, militar e econômico - e os dominados, os quais não são apenas explorados pelos detentores dos meios de produção local, como também sofrem os impactos econômicos e sociais do imperialismo ecológico - motivo pelo qual na organização internacional do trabalho, atividades específicas mais exploradoras da classe trabalhadora e da natureza são impostas para países de capitalismo periférico. Por último, esse imperialismo relaciona-se com o Antropoceno e a Grande Aceleração que levou até ele, no qual essa divisão desigual cria uma ruptura ecológica global, geradora dos efeitos imediatos do colapso climático que são delegados para as regiões dominadas, nas quais os trabalhadores sofrem seus impactos.

Espera-se que os argumentos apresentados no capítulo tenham sido suficientes para sanar as duas perguntas iniciais: o que é o ecossocialismo e porque ele é necessário. Não deve existir qualquer esperança de evitar o colapso ecológico se não pelo fim do capitalismo - ou seja, uma mudança radical do sistema político e econômico -, a fim de garantir uma sociedade na qual as necessidades humanas e ecológicas sejam as norteadoras de um processo racional de mediação entre natureza-ser humano, a partir de uma reconexão metabólica.



### 3. REFLEXÕES ECOSSOCIALISTAS ACERCA DO DIREITO

As reflexões do capítulo anterior respondem algumas perguntas sobre como este trabalho trata a realidade e os problemas socioambientais que hoje o Sistema-Terra enfrenta. Porém, também abre inúmeras outras questões a serem investigadas. Um olhar ecossocialista do Direito compreende o fenômeno jurídico como uma estrutura específica, dentro de uma totalidade imensa de relações e contradições da nossa complexa realidade humana.

Na data da formulação desta pesquisa, ainda não existe uma sistematização do olhar ecossocialista para com o Direito. Entretanto, entende-se que isso não é necessariamente uma lacuna ou uma falha, pelo contrário, é próprio de uma tradição aberta e dialética a busca em fontes diversas e formulações que passem por fenômenos específicos à luz da luta de classes. Além disso, existe uma extensa produção de cunho marxista localizada dentro das reflexões do fenômeno jurídico, às quais os ecossocialistas podem introjetar suas próprias percepções.

Uma questão ultrapassa as fronteiras temporais e espaciais quanto à visão marxista acerca do Direito: quais os limites e potencialidades da disputa jurídica por parte dos revolucionários?<sup>15</sup> Por óbvio, para os defensores do reformismo, ou seja, da transformação das relações de produção por meio da disputa estatal, a centralidade do Direito é indiscutível. Contudo, para os revolucionários, sendo as linhas que compreendem o papel do Estado enquanto ferramenta de dominação de uma classe dominante e, portanto, a necessidade de uma revolução para a mudança do sistema produtivo, essa questão torna-se bem mais nebulosa. Como Rosa de Luxemburgo aponta, o Estado atual é

uma organização da classe capitalista dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante. (LUXEMBURGO, 1999, pg. 27)

O trecho deixa nítido que um olhar marxista do Direito não deve ser feito sem uma dimensão de totalidade e de especificidade, explico: é nítida a diferença entre a função do Direito Penal e do Direito do Trabalho dentro da sociedade, bem como seus instrumentos de efetivação por parte do Estado. Não por outro motivo, uma

---

<sup>15</sup> Entende-se por revolucionários as mais variadas tradições que compreendem a necessidade de tomada de poder e superação completa do capitalismo, opondo-se ao reformismo. Questão será mais explicitada no subtítulo 3.2, ao discutirmos o conceito de tática e estratégia.

parte considerável dos ecossocialistas também são Abolicionistas<sup>16</sup> - defensores da abolição do sistema penal, do encarceramento e do sistema repressivo penal -, ao passo que a vasta maioria defende ferrenhamente as políticas de seguridade social e de emprego que diminuem a pauperização da classe trabalhadora. Ter uma mesma análise para ferramentas tão fundamentalmente diferentes nas intervenções na realidade e na organização dos oprimidos seria um erro flagrante.

Dessa forma, a atuação no Direito e a relação com as estruturas estatais por parte dos ecossocialistas nos conflitos socioambientais é complexa e deve ser tratada com responsabilidade, sempre almejando o maior acúmulo de força e ganhos para uma estratégia revolucionária, que em um determinado momento da contradição na luta de classes não permitirá mais avanços pelo Estado.

Maristella Svampa define conflitos socioambientais como “aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam os interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder” (SVAMPA, 2019, pg. 46). Esses conflitos podem envolver várias esferas públicas e privadas, colocando em contradição as mais diferentes formas de metabolismo social para com a natureza em oposição ao avanço inesgotável do capital.

Este capítulo terá como principal objetivo discutir exatamente essas contradições, a partir do que já foi estabelecido como ecossocialismo para esta pesquisa, fazendo uma análise específica das ferramentas mais efetivas para a defesa dos oprimidos nos conflitos socioambientais, a fim de tensionar para a radicalidade própria de um socialismo da emergência climática, sem uma postura abstencionista ou idealizadora do Direito.

### 3.1. UMA RECEPÇÃO ECOSSOCIALISTA ÀS FERRAMENTAS DA TRADIÇÃO DA JUSTIÇA AMBIENTAL/SOCIOAMBIENTAL/ECOLÓGICA

Com o intuito de aprofundar o entendimento acerca do papel dos ecossocialistas nos conflitos socioambientais, especialmente um olhar para as

---

<sup>16</sup> O maior conjunto de ecossocialistas do mundo, o Secretariado Unificado da Quarta Internacional, tem em suas bases a luta contra o sistema penal. Questão central principalmente nas organizações do Sul Global. O próprio Professor Gustavo Seferian, que emprestaremos diversas reflexões neste capítulo, é um abolicionista declarado.

ferramentas jurídicas à disposição, se faz necessária uma especial atenção aos objetivos almejados.

Desde os anos 1980, importantes movimentos se fundaram nos países centrais do capitalismo, conhecidos como “movimentos por justiça ambiental”, com especial importância nos Estados Unidos. Esses movimentos questionavam a desproporcionalidade da exposição a riscos ambientais por parte de populações específicas: pessoas negras, pobres e periféricas, no que convencionou-se chamar de Racismo Ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2008, pg. 17-21).

Contra essa lógica perversa do capitalismo, parcelas da sociedade que sofrem com essa distribuição desigual de custos ambientais se organizam em oposição à captação das classes dominantes da questão ambiental, contra a estratégia de valorização de terras específicas e enriquecimento em detrimento da destruição ambiental de espaços específicos ocupados pela classe trabalhadora. Unindo-se à luta social, a “noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos.” (ACSELRAD, 2010, N.P).

Essa Justiça Ambiental, entoada por Acselrاد, deve ser um horizonte buscado pelos agentes envolvidos na luta por um

tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais (...) Por justiça ambiental, portanto passou-se a entender, desde as primeiras lutas que evocaram tal noção no início dos anos 80, o conjunto de princípios que asseguravam que nenhum grupo de pessoas, seja grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.(ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004, p. 9-10).

Na mesma linha, Santilli complementa a análise do processo histórico que teria originado o movimento de Justiça Ambiental e defende que no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 80, se desenvolveu o movimento Socioambiental. Ele teria nascido das necessidades materiais dos Povos Indígenas e Comunidades tradicionais de protegerem suas próprias vidas e territórios, além de tentar influenciar no processo constituinte (SANTILLI, 2005, pg. 12-15).

Os defensores da Justiça Socioambiental, acertadamente, expõem a inseparabilidade da proteção da natureza de um devido olhar para as comunidades

que estão em relação direta com ela, as quais toda sua reprodução social da vida está atrelada ao território.

Em “Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais” (2019), o uruguaio Eduardo Gudynas traz reflexões fecundas e críticas acerca da Justiça Ambiental. Para ele, mesmo com avanços inquestionáveis da teoria crítica em relação às linhas anteriores de matriz liberal, ainda seria uma justiça que não escapa às “concepções clássicas de cidadania e direitos” (GUDYNAS, 2019, pg. 193).

Essa crítica se desenvolve conectando seu debate sobre a necessidade de uma substituição da lógica antropocêntrica pela ética biocêntrica, na qual não mais deve-se pensar em uma “justiça entre humanos” (GUDYNAS, 2019, pg. 194-195), mas sim avançar para um “justiça ecológica”. Essa passagem não seria uma substituição da Justiça Ambiental, considerada um espaço de disputas nas relações entre humanos que por óbvio são afetados pelas condições ambientais, mas como um complemento, capaz de satisfazer os dois princípios da justiça ecológica: “i) todos os seres vivos têm direito a desfrutar de seu desenvolvimento como tais, a complementar suas próprias vidas; ii) todas as formas de vida são interdependentes e, por sua vez, dependem do suporte físico” (GUDYNAS, 2019, pg. 197).

Ainda que as reflexões propostas por esses autores sejam fecundas e, especialmente a obra de Acseirad, provedoras de ferramentas importantíssimas para o enfrentamento material dentro das disputas jurídicas - como a espacialização do direito, a sistematização das táticas mais frequentes utilizadas pelas grandes empresas poluidoras, etc -, foge a essa tradição a necessidade de superação da capitalismo por meio da ação revolucionária anticapitalista.

Essa afirmação não busca alocar essas autoras em uma tradição que não é a delas. É evidente que não são pensadores e militantes ecossocialistas, contudo, a contradição que busca ser explicitada é que os objetivos que essas autoras almejam - de forma geral, o fim das desigualdades ambientais - são impossíveis no capitalismo. Para um olhar ecossocialista dessas ferramentas é necessário um olhar político-tático de suas potencialidades na disputa concreta.

Na obra de Gudynas essa contradição é expressa pelo próprio autor. Enquanto toda a sua argumentação assenta-se na defesa de um reconhecimento dos “Direitos da Natureza” enquanto sujeitos de direito próprios e o estabelecimento de uma justiça para além da lógica tradicional de justiça imparcial entre humanos, a

demonstração das experiências práticas na constituição do Equador e da Bolívia aponta para o sentido oposto (GUDYNAS, 2019, pg. 81-84).

Os próprios governos defensores do reconhecimento da Pachamama e do bem-viver constitucional ajudaram no estabelecimento de megaempreendimentos e avanço da acumulação primitiva por parte do capital. A necessidade internacional de valores de uso provenientes dos países da América Latina, ocasionando o chamado “*boom das commodities*”, foi o suficiente para que os interesses capitalistas se sobrepusessem a qualquer tentativa de proteção da Pachamama pelos governos progressistas e pelos Estados (GUDYNAS, 2019, pg. 80).

O que este subtítulo busca estabelecer para as discussões futuras deste trabalho é que existem ferramentas importantes e discussões ricas na tradição da Justiça Socioambiental; contudo, elas devem ter uma dimensão anticapitalista intrínseca. Como imaginar a nível global um meio ambiente minimamente equilibrado e uma relação harmoniosa imersos em um sistema de crescimento infinito baseado na exploração da natureza? Como pensar em soluções legislativas quando um aumento na porcentagem de lucro na venda de bens primários já é suficiente para um desrespeito completo à natureza e aos povos, mesmo quando expressamente reconhecidos como sujeitos de direito?

A luta pela Justiça Socioambiental hoje deve guiar-se por objetivos ainda maiores do que a mitigação dos efeitos do capitalismo. Entendendo a natureza destrutiva e expansiva do capitalismo sobre o Sistema-Terra, as disputas jurídicas devem estar submetidas a uma estratégia revolucionária, ganhando um caráter tático, no qual almeja-se atacar não apenas os efeitos desse sistema adoecido, mas as próprias raízes dele: a exploração das vidas humanas e não humanas, o sujeitamento da natureza a mero valor de troca realizando-se enquanto mercadoria e a dominação de classe.

Para uma atuação ecossocialista nos conflitos socioambientais essas importantes ferramentas não podem ficar presas em suas caricaturas legalistas, mas sim ousar enquanto barricadas às mudanças climáticas, às ameaças contra a vida das camadas populares, da acumulação do capital de natureza e bens comuns.

### 3.2. SOBRE O USO TÁTICO DO DIREITO PELOS ECOSSOCIALISTAS

Com o objetivo de, em complemento com as observações do subtítulo anterior, buscar uma aproximação metodológica do ecossocialismo com as ferramentas expostas, discutiremos sobre o alocamento dos instrumentos jurídicos nas tático-políticas que almejam a construção de uma estratégia ecossocialista revolucionária.

Os conceitos de tática e estratégia são usados há séculos, desde os escritos de Sun Tzu em “A arte da guerra” e depois pelo general prussiano Karl Von Clausewitz no contexto militar. No geral sempre atribuía-se à estratégia uma expressão a longo prazo de uma organização de forças para a vitória de uma guerra, enquanto as táticas seriam alocadas em um tempo dentro da estratégia em cursos de batalhas específicas (HARNECKER, 2012, pg. 7-8)

Tais conceitos foram introduzidos no movimento de trabalhadores socialistas por Marx e Engels, especialmente no Manifesto Comunista e em suas discussões acerca dos partidos e da Internacional. Porém, tornam-se uma temática central nas discussões do início do século XX, no contextos dos congressos da II Internacional<sup>17</sup>, protagonizadas por Lenin e Rosa de Luxemburgo, bem como por Leon Trotsky em sua atuação nos soviets russos.

A estratégia e a tática são definidas por um conjunto político atuante, no qual, sempre de forma temporal e espacialmente estabelecida, decide-se como alocar as forças disponíveis por esse grupo ou conjunto de grupos. Essa ação política organizada com um objetivo específico sempre estabelece uma estratégia à qual as táticas estão submetidas de forma necessariamente interdependente. Uma tática apenas é uma tática efetivamente se almeja uma estratégia, uma estratégia só tem concretude se possui táticas capazes de alcançá-la.

Para a reflexão acerca do uso tático do Direito, Rosa de Luxemburgo se faz imprescindível. Rosa dedicou especial importância na relação entre as massas de trabalhadores e os partidos, sindicatos e para com as eleições. Michael Lowy nos brinda com a reflexão de que Rosa conseguiu em seus textos políticos superar tanto o economicismo determinista dos kautskistas quanto o idealismo metafísico e

---

<sup>17</sup> Internacional fundada por Engels. Tem como principais características sedimentar a separação dos socialistas e anarquistas, a participação de mulheres e a participação dos partidos sociais democratas.

moralista de Bernstein<sup>18</sup> - ao qual Rosa dedica parte de seus textos mais críticos -, aproximando-se da teoria da revolução marxista a partir da Práxis, da unidade dialética entre o objetivo e o subjetivo (LOWY, 2019b, n.p.).

Em seu livro “Reforma ou Revolução” (1999), Rosa apresenta algumas chaves metodológicas essenciais para a discussão sobre a tática e a estratégia na disputa do Estado, especialmente em relação ao que ela chama de “reformas sociais”. Opondo-se à defesa de que por meio dos sindicatos, das mudanças de leis e da ocupação do parlamento se alcançaria um estágio no qual o Estado seria um “administrador” ao invés de um garantidor de exploração capitalista, Rosa nos diz que

A reforma legal e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade como se se escolhessem salsichas ou carnes frias para almoçar, mas fatores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e completam reciprocamente, excluindo-se, como, por exemplo, o polo Norte e o polo Sul, a burguesia e o proletariado. (LUXEMBURGO, 1999, pg. 54)

A ideia, exposta telegraficamente neste parágrafo, é a de que para os defensores do socialismo existe uma unidade dialética entre a luta por direitos intra-Estado e a revolução. Exatamente porque o objetivo é a tomada de poder por parte dos oprimidos superando a ordem atual, sendo as lutas por direitos táticas atreladas à estratégia revolucionária.

Diferentemente das posturas reformistas, as quais escolhem contentar-se com “modificações sociais da sociedade anterior”, as revolucionárias almejam “edificar uma sociedade nova”, diferenciando-se não pela duração, mas sim pelo conteúdo. O caminho do reformismo não é uma “via mais agradável, mais lenta e segura” que busca o mesmo fim, mas uma estratégia completamente diferente (LUXEMBURGO, 1999, pg. 55).

Essa é a base utilizada para pensarmos como atuar de forma tática, ou seja, ações espaço-temporalmente alocadas de acúmulo de força e consciência de classe dos setores oprimidos da sociedade, no contexto dos conflitos socioambientais brasileiros, a luta por Justiça Socioambiental. Não com a inocência de uma transformação do sistema por parte da luta jurídica, mas sim pela “possibilidade de projeção tática na salvaguarda de direitos” (SEFERIAN, 2020, pg.7).

---

<sup>18</sup> Eduard Bernstein: membro do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) contemporâneo de Rosa de Luxemburgo, considerado um dos fundadores da tradição mecanicista, desenvolvimentista e determinista do marxismo que se alastra por todo o século XX.

Esse entendimento também afasta qualquer noção de que o uso tático do Direito possui um caráter essencial. Não existe uma ferramenta que deva ser usada em todas situações e outra que deva ser sumariamente negada. Deve, portanto, ser uma construção coletiva e a partir da ação política concreta. Por isso esta pesquisa não almeja dar respostas prontas, mas sim tentar fundamentar alicerces e apontar direções.

Para os ecossocialistas, a emergência climática coloca um critério de urgência na disputa tática do Direito. Alguns entendimentos do passado, de que eram possíveis disputas mais lentas, já não fazem mais sentido com o colapso ecológico batendo à porta. Da mesma forma, reivindicações históricas dos socialistas precisam ser adaptadas para englobar o critério de classe em unidade dialética com barricadas à exploração da natureza. Não é tarefa simples, nem pretende ser, mas é a tarefa do nosso tempo enfrentar essas contradições.

No uso tático do Direito, isso implica em sempre questionarmos qual é o campo de batalha que está colocado, avaliando os limites intrínsecos a ele quando atrelado a uma superação do sistema de relações sociais que o legitima. Ao diferenciar o uso estratégico do direito, Ricardo Pazello afirma que o uso tático

se caracteriza pela dimensão tática na medida em que exterioriza os seus limites intrínsecos, ou seja, guarda, em sua definição, uma autointeligibilidade no que respeita ao fato de que é uma “utopia” fatalmente criminalizável (sempre lembrando as instâncias básicas de sua gradação: desregulamentação, regulamentação inefetiva, excesso regulamentar restritivo e criminalização propriamente dita). A tática é ação política que se apresenta como meio e não como fim (PAZELLO, 2014, pg. 217).

Essas disputas táticas devem almejar as melhores condições possíveis dentro do sistema de exploração capitalista e sob a dominância da burguesia e seu aparato de classe que é o Estado. Em prestaremos de Daniel Bensaid (2017) a percepção de que devemos lutar pelo Direito à Existência das classes oprimidas no capitalismo que, como sistematizado por Seferian (2020), possui um duplo caráter em unidade dialética: um enquanto existência material das necessidades “do estômago” dos oprimidos - comida, moradia, água, etc - enquanto outra é a própria capacidade de existência enquanto classe organizada, capaz de movimentar as estruturas da sociedade baseada na contradição de classe:

não apenas abarquemos processos de organização e luta por pautas particulares e específicas de existência – como terra, moradia, minoração de preços, saneamento básico, saúde pública etc –, como também



articulações políticas mais amplas, como de caráter partidário, e sindicais. (SEFERIAN, 2020, pg. 234-235).

No entendimento de ecossocialismo exposto no trabalho, aparecem como prioridades neste uso tático do direito com esse objetivo: i) a histórica luta por emprego, redução de jornada de trabalho e melhores salários; ii) a defesa da vida e modo de organização dos povos originários e comunidades tradicionais; iii) a promoção de espaços de organização popular e a defesa dos já existentes; iv) ganho de consciência de classe e consciência ecológica. Pode parecer contraditório não apresentar a defesa de leis de preservação e conservação da natureza como objetivo da luta ecossocialista intra-Direito, mas isso será discutido no próximo subtítulo, bem como os outros pontos apresentados.

### 3.3. EXISTE USO TÁTICO DO DIREITO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS?

A complexidade dos conflitos socioambientais e seus numerosos desdobramentos fazem com que a razão jurídica fundada nas teorias clássicas seja cada vez menos capaz de dar respostas efetivas. A politização e a multiterritorialização das disputas, como aponta a tradição da Justiça Socioambiental, se fazem essenciais para a identificação dos atingidos e a busca por soluções.

Sendo os principais explorados no sistema capitalista a força de trabalho das classes despossuídas e a natureza - não por acaso, também os sujeitos em situação de hipossuficiência nos conflitos socioambientais -, deve-se almejar, em um uso tático do Direito ecossocialista, a proteção da existência e a construção de uma condição material de avanço da organização dessas pessoas.

Em primeira análise, algumas limitações se fazem imediatamente presentes. Como aponta Seferian: “O direito, ou pelo direito, nada se transformará radicalmente, o capitalismo não tombará. Mas pelo direito é possível operacionalizar tensões importantes que alavanquem saldos políticos” (2021, pg. 99). Isso quer dizer que as necessidades econômicas do sistema capitalista não serão superadas pelo Estado.

De imediato, torna-se impossível almejar que por meio do Direito seja possível barrar diretamente a exploração da natureza. Como apresentado no primeiro capítulo, para a criação de mercadorias necessariamente extrai-se valor de

uso da natureza, bem como gera-se poluição pela separação campo-cidade, na divisão internacional do trabalho e da destruição ambiental por meio do imperialismo ecológico.

Ainda que possa parecer contraditório à primeira vista, o uso tático do Direito como barricada às mudanças climáticas e a destruição da natureza não deve lutar pela preservação por meio do Direito. Acreditar que leis de conservação<sup>19</sup> da natureza são capazes de protegê-la de fato é cair nos erros do reformismo, de que o próprio Estado consegue desarticular o capitalismo com a aplicação das leis certas.

Lutar por leis diretas de conservação seria tão ineficaz quanto lutar por um Direito do Trabalho que abolisse a exploração da força de trabalho. Nosso uso tático “não se está pois a tratar de um Direito do Trabalho que se mostre antissistêmico por ferir de morte a própria lógica de valorização do valor e a reprodução do capital” (SEFERIAN, 2021, pg. 100). A luta é sempre por melhores condições de qualidade de vida e pela diminuição da pauperização. Exatamente por esses critérios tornarem mais favoráveis o livre desenvolvimento do pensar e da organização dos trabalhadores que, esses sim, podem mudar o sistema. Como aponta Seferian: “não é a barbárie, mas o fortalecimento da classe consciente, com condições materiais para sua existência em múltiplas dimensões, que proporciona o acirrar da luta de classes” (SEFERIAN, 2021, pg. 105).

Essa discussão é de suma importância, já que ao longo dos anos convencionou-se nos movimentos ambientalistas, em parte até mesmo nos movimentos ecológicos, que a forma de enfrentamento da destruição ambiental se daria por meio de leis de proteção da natureza e de aumento de custos por meio de taxas ambientais. Ironicamente, esses parecem ser alguns dos piores meios disponíveis para resultados efetivos, partindo de uma lógica liberal de alocação de recursos ou de uma crença na efetividade pura e simples da norma jurídica.

A respeito das soluções de mercado/custos de produção para a redução da destruição ambiental, ressalta-se que existe um interesse intrínseco ao processo de produção de mercadoria. Sendo o valor da mercadoria determinado pelo tempo de

---

<sup>19</sup> Ressalta-se que, como exposto na lei brasileira 9985/2000, a conservação compreende também a preservação, mas são conceitos com significados diferentes. Sendo o primeiro o “manejo sustentável” da natureza, de forma a suas potencialidades serem mantidas para as gerações futuras, enquanto o segundo compreende a preservação enquanto natureza isolada da atividade humana, mantendo “proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas” prevenindo a “simplificação dos sistemas naturais”. A crítica se direciona para a intenção da proteção em si, não para um modelo específico.

trabalho socialmente necessário, quanto menor desperdício possível de capitais na transferência de valor dos meios de produção (capital constante), melhor para o capitalista:

O desperdício material dos elementos do capital constante corresponde a mobilização de trabalho (cristalizado nesses elementos) acima da média. Corresponde, por isso, a desperdício do próprio capital enquanto valor e deve, portanto, ser evitado a qualquer custo. (BARRETO, 2015, pg. 269)

Com uma base sempre crescente e expansiva de apropriação da natureza por parte dos capitalistas (impulso expansivo do capital), já existe uma busca incessante para a maior eficiência possível. Qualquer mecanismo de mercado que intente diminuir a destruição da natureza está fadado a um simples indicativo de viabilidade econômica, já que

reduções resultam, em geral, de um efeito secundário não intencional – ainda que possivelmente desejável – de transformações produtivas motivadas pelo objetivo imediato de aumentar o valor apropriado na forma de lucros. Em outros termos, tais reduções podem se efetivar apenas na medida em que concorrem para a expansão do capital. Sendo assim, se os ganhos de eficiência de fato impõem, em algum nível, um limite à expansão na geração dos resíduos poluentes, este limite é de ordem econômica, não ambiental; e não há nada que garanta (ou mesmo indique) uma sincronia entre limites econômicos e limites ambientais. (BARRETO, 2015, pg. 270)

Um ganho de eficiência - no contexto, menor quantidade de capital desperdiçado em poluição - não reduz os impactos ambientais, já que o próprio ganho de eficiência pode resultar em uma matriz produtiva mais poluidora - como a substituição de lenha por carvão nas máquinas à vapor - ou uma apropriação ainda maior de natureza (expansão de base produtiva), mesmo que em cada processo de mercadoria unitário se esteja poluindo menos. Um menor uso de capital por mercadoria permite produzir uma quantidade maior com o mesmo capital, e não reduzi-la. Mesmo esse ganho de eficiência na mercadoria unitária está dimensionado pelo valor socialmente necessário, o que implica em perda de valor apenas com uma mudança global de padrão de desperdício, e não local.

Ao conseguir uma eficiência maior, ou seja, atingir a mesma taxa de lucro<sup>20</sup> com um uso menor de capital do que o socialmente necessário, o capitalista tenderá a reaplicar seu excedente. Como já dito anteriormente, o capitalismo é um sistema

<sup>20</sup> Sendo a taxa de lucro: “o mais-valor (já em sua forma transmutada de lucro) estabelece relação com todo o capital empregado (constante e variável), não apenas com o capital variável, como é o caso da taxa de mais-valor. Por isso, é expressa como a razão entre lucro e capital total. Assim, o vínculo do valor excedente com o trabalho vivo empregado é ocultado sob uma relação uniforme deste valor excedente com todos os elementos do capital” (BARRETO, 2021b, pg. 272).

de crescimento infinito e de aumento constante de valor socialmente acumulado. Portanto, qualquer outra destinação para essa “economia” de capital é contraproducente para o detentor dos meios de produção que, enquanto sujeito individual, almeja sempre uma parcela maior da riqueza social (BARRETO, 2015, pg. 272-273). Como nos aponta Marx:

Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. (MARX, 2017, pg. 258)

Não existe decrescimento ou diminuição dos custos naturais nesse contexto. É preciso expurgar das lutas ecológicas dentro do Direito a economia política liberal que nos dá respostas equivocadas para os problemas do capitalismo. A tentativa de transformar em “externalidades” os aspectos naturais da produção induz a respostas falaciosas. Como demonstrado, é intrínseco ao sistema de produção e troca das mercadorias no capitalismo a apropriação da natureza.

A percepção de que leis de preservação ambiental diretas ou por mecanismos de mercado têm uma efetividade muito baixa não deve, contudo, desincentivar a luta jurídica, visto que serão apresentados os campos de batalha que parecem fecundos para o uso tático revolucionário. Também não se almeja desencorajar processos específicos e locais que podem se beneficiar com essas ferramentas, mas é preciso reconhecer de imediato suas limitações. Pela própria lógica capitalista, os recursos poupados localmente são aplicados em outro setor apropriador da natureza e contribuirão para a ruptura ecológica global. Logo, não é uma afirmação no sentido de que esses mecanismos jurídicos sejam completamente inertes, mas de que não têm um teor tático para uma estratégia ecossocialista.

Não é de menor importância a urgência climática para essa discussão. A energia das pessoas dispostas a dedicar suas vidas na luta por uma superação do sistema capitalista é valiosa e o tempo escasso. Nos últimos anos há uma percepção por parte do meio científico de que já estamos em estágios de irreversibilidade e que a diminuição desses impactos precisa de mudanças drásticas em todo o sistema global (BARRETO, 2021b, pg. 221). Isso não é trivial para a discussão, visto que o uso tático do Direito por ecossocialistas deve almejar respostas rápidas e com a intensidade que necessitamos.

Ao adotar medidas de longo prazo ou com “soluções” superficiais, incorre-se no erro do meio inexistente. Ou seja, de parecer estar enfrentando o causador dos problemas (o capitalismo), mas na realidade concreta não estar (BARRETO, 2021b, 223-224). Soma-se a isso a unidade dialética da defesa dos Direitos à Existência dos povos com a defesa da natureza nos conflitos socioambientais. As prioridades táticas para um uso tático do Direito devem passar por esse filtro, a fim de ser um meio efetivo de acúmulo de forças para a estratégia revolucionária ecossocialista.

Com isso em mente, os aspectos que aparecem com maior potencial de constituir barricadas efetivas ou conseguir aumentar a capacidade das classes oprimidas de se insurgir contra o sistema são os apresentados no final do subtítulo anterior. Buscaremos apresentar esses “campos” de disputa socioambiental com mais profundidade agora. Destaca-se que não foram agrupados de forma leviana, mas por constituírem uma unidade dialética importante em seu tratamento ecossocialista.

### **3.3.1 A luta por emprego, redução de jornada de trabalho e melhores salários**

A partir do século XX, especialmente com o tratamento dos países centrais do capitalismo com a crise de 29 e, nas décadas seguintes, com as constituições que estabeleceram direitos sociais nos países periféricos, a diminuição da jornada de trabalho torna-se um aspecto marginal nos movimentos de trabalhadores. No entendimento ecossocialista, esse fenômeno se apresenta como um grande erro na compreensão do capitalismo contemporâneo.

Primeiramente, a defesa de um pleno emprego sem a redução da jornada de trabalho é uma defesa indireta do crescimento da produção por parte dos Estados nacionais (BARRETO, 2021b, pg. 216). Com o aumento da produtividade (geralmente imposta pelo desenvolvimento tecnológico), um número menor de trabalhadores pode produzir a mesma quantidade de mercadoria. Sendo a força de trabalho a única mercadoria capaz de produzir valor, seu menor emprego implica num menor lucro por mercadoria unitária. Isso aliado com o crescimento populacional - que foi regra no mundo até os últimos anos e ainda é fora dos países “desenvolvidos” -, implica que, para a existência de mais empregos no capitalismo, seja necessário mais produção, a não ser que se reduza a jornada de trabalho.

Logo, mais trabalhadores estariam empregados com menos horas trabalhadas por cada indivíduo. Como sintetiza Gustavo Seferian:

A redução da jornada de trabalho deve se colocar, como pauta política, como indutora e consequência de uma inflexão política da lógica de consumo, sem, claro, referendar qualquer forma de redução da qualidade de vida de quem trabalha. (SEFERIAN, 2019a, pg. 97)

Em segundo lugar, deixa-se de valorizar o ócio enquanto potencializador do pensar livre dos oprimidos. O ócio, enquanto tempo para o pleno desenvolvimento humano e políticos dos oprimidos, deve ser sempre incentivado. Hoje a jornada de trabalho - não só as horas efetivamente trabalhadas, mas o tempo de traslado - segue ocupando a maior parte do tempo das pessoas trabalhadoras. Isso é ainda mais dramático em relação aos trabalhadores por aplicativo, mulheres (submetidas à dupla ou tripla jornada de trabalho), pessoas negras, LGBTQs e PCDs, geralmente submetidas a jornadas maiores e a postos de trabalho mais exploratórios.

No contexto dos conflitos socioambientais isso implica em garantir as melhores condições possíveis para a organização dos oprimidos, mas também em atentar sobre as próprias situações de emprego em megaempreendimentos como a mineração a céu aberto, construção de hidrelétricas, trabalhadores do campo, etc. A luta dentro do espectro jurídico deve ser a de superar as noções individualizantes ou transindividuais e começar a tratar as questões de saúde e segurança no trabalho como de saúde coletiva:

Deve por certo implicar não só em interdições jurídicas ao exercício de certas atividades econômicas – a produção de energia nuclear, a indústria armamentista, a produção de venenos para o agronegócio, entre outras –, como também passar pela compreensão que tais formas de atividade são prejudiciais à totalidade da humanidade, carregando em si mais marcas da barbárie e regresso humanístico do que suposto progresso técnico que possam acarretar. (SEFERIAN, 2019a, pg. 101).

Essa saúde coletiva não apresenta-se inerte, mas de forma a conectar o que é o viver dos trabalhadores em relação com a natureza. Tratar essas questões de forma conectada é escancarar a violência da ruptura metabólica, da financeirização da natureza e da vida dos oprimidos.

### **3.3.2 A defesa da vida e do modo de organização dos povos originários e comunidades tradicionais**

O movimento indígena brasileiro é um dos setores dinâmicos mais mobilizados na correlação de forças<sup>21</sup>. Apesar de corresponder apenas a cerca de 0,5% da população brasileira (IBGE, 2010) - muito menor proporcionalmente do que quase todos os outros países da América Latina -, estão em sua grande maioria organizados em coordenações, articulações, coletivos e movimentos. Possuem uma capacidade mobilizadora formidável em se articular contra os ataques a seus direitos e territórios, mesmo sendo muitas vezes os mais afetados pelas políticas genocidas e ecocidas do Estado brasileiro.

Se as leis de proteção ambiental não são capazes de proteger a natureza, os povos ocupando a terra o são. Estimativas de 2019 apontam que 58% do carbono armazenado em forma de floresta na Amazônia estava em terras indígenas (NOBRE, 2020, pg. 9), mesmo correspondendo a menos de 30% das terras da floresta amazônica. Não seria estranho que esse número seja ainda mais discrepante hoje, tendo em vista os desmontes da política de proteção ambiental por parte do governo de Jair Bolsonaro, bem como o aumento de desmatamento e queimadas.

O próprio modo de vida desses povos e comunidades que, em formas de metabolismo social diverso com a natureza, criam uma relação mais harmônica e não degradante da natureza, é uma afronta à sede inesgotável do capital. Exatamente por isso os povos indígenas e comunidades tradicionais são constantemente atacados com a invasão de suas terras, como no caso dos garimpeiros no território Yanomami. Esses ataques também se dão na via institucional, com medidas como o fim do licenciamento ambiental obrigatório e o Projeto de Lei 490/2007, que institui a tese do marco temporal.

Hoje, a Floresta Amazônica já emite mais gases causadores do efeito estufa do que os absorve (FOX, 2021, n.p), por conta das queimadas e desmatamento. As florestas equatoriais são grandes reservatórios de carbono. A título de exemplo, a floresta amazônica armazena 200 bilhões de toneladas de CO<sup>2</sup>, o equivalente a

---

<sup>21</sup> Lênin considerava forças sociais os agrupamentos de pessoas com capacidade de atuação política transformadora (HARNECKER, 2012, pg. 15-16) e a capacidade de forças específicas em um espaço e tempo definidos, de impor seus interesses sobre outras seria a correlação de forças (HARNECKER, 2012, pg. 25-26).

cerca de 5 anos de emissão global de todas as fontes (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2021, n.p). Portanto, defender a vida e os territórios dos povos é uma verdadeira barricada contra as mudanças climáticas. Isso não significa que devemos atrelar a manutenção do território com um modelo específico de conservação imposto de fora. Os povos já sabem defender sua natureza, tanto que mantêm as florestas de pé. Por isso a Convenção da OIT 169, que deixa explícito em seu texto que a preservação ambiental não deve se contrapor às vontades dos povos, é um importante mecanismo supralegal. Não por outra razão, a permanência do Brasil na convenção pode estar ameaçada pelo atual governo.

Esse potencial de defesa dos biomas não é observado só pelos povos originários. A título de exemplo da mesma potência nas comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira são responsáveis diretas pela região se manter tão preservada (ADAMS; FILHO; JUNIOR; MURRIETA, 2002, pg. 28-29). A roça de Coivara, com quintais coletivos e técnicas tradicionais de rotação de culturas e áreas de plantio, permite uma interação metabólica que garante o sustento dessas comunidades ao passo que preserva a biodiversidade e os nutrientes do solo. Essa realidade também é observada em uma análise geral das terras ocupadas por comunidades tradicionais, como apontam estudos recentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Socioambiental, 2021, n.p).

Neste ponto, percebe-se uma forte confluência do ecossocialismo com a Justiça Socioambiental. A percepção de que a proteção da natureza está aliada à defesa dos povos e comunidades que com ela desenvolvem relação metabólica é essencial. Ainda mais, pensando na realidade brasileira e no desenvolvimento do imperialismo ecológico, é cada vez mais interessante para o capitalismo global que a América Latina se torne uma grande fazenda e/ou mina a céu aberto. Não se preserva a natureza no Brasil sem luta.

### **3.3.3 A promoção de espaços de participação popular e a defesa dos já existentes**

É uma reivindicação frequente dos movimentos que atuam do lado dos oprimidos nos conflitos socioambientais a participação nos processos de reparação. Mas mais do que isso, devemos entender esses espaços como fortalecedores do



senso de comunidade e de pertencimento aos territórios, como uma ferramenta importante a ser defendida e ampliada para diferentes contextos.

Para sair da abstração desse argumento, observa-se a lista de reivindicações do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no contexto do rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana: “Água Limpa, comida na mesa, trabalho e participação” (MAB, 2021). Percebe-se que a participação está no mesmo nível de importância do que as necessidades do estômago (pão, água, manutenção da renda), um ótimo exemplo do duplo caráter do Direito à Existência que mencionamos anteriormente.

Esses espaços permitem que as tomadas de decisões se desloquem dos componentes do Estado, em sua maioria pouco sensíveis às demandas populares, para os próprios atingidos. Isso por si só é uma grande vitória. Contudo, amplia-se ainda mais a importância e o ganho de autonomia se pensarmos no que isso representa para o próprio coletivo enquanto força política.

Com isso em vista, deve-se pensar em todos os espaços que organizem os oprimidos, como sindicatos, partidos, coletivos, comitês, associações de moradores, etc. Na especificidade da luta jurídica, as assessorias jurídicas, tanto nos processos de judicialização quanto de educação popular jurídica, empoderando as populações para as disputas materiais, são de grande valor.

Esses espaços são essenciais para a integração de indivíduos em ação coletiva. Ao analisarmos os conflitos socioambientais, muitas vezes pleitear indenizações e outras vitórias jurídicas pode permitir uma melhora material na condição dos atingidos. Contudo, “elas fazem impacto nas vidas individualmente, mas não mudam a natureza das relações sociais estabelecidas, não proporcionam uma inflexão no estado de coisas” (SEFERIAN, 2019b, pg. 183).

#### **3.3.4 Ganhos de consciência de classe e consciência ecológica**

Na tentativa de amarrar os objetivos supracitados de um uso tático do Direito a partir da estratégia ecossocialista, propõe-se o avanço na consciência de classe e consciência ecológica das classes oprimidas. Não por acaso estão sendo apresentados em um ponto único, já que defenderemos essa consciência de classe em unidade dialética com uma consciência ecológica.

Em uma profunda análise da obra de Gyorgy Lukács<sup>22</sup>, Michael Lowy sintetiza o entendimento acerca da consciência de classe como

concepção dialética parte da situação dada, do interesse imediato, para ultrapassá-los, para transformá-los em passos para o objetivo final. Nesta perspectiva, a consciência de classe aparece como uma possibilidade objetiva, a expressão racional dos interesses históricos do proletariado, que não é um “além”, mas surge da evolução histórica da práxis real da classe. (LOWY, 1998, pg. 211)

Nessa perspectiva, a consciência de classe é construída pelos próprios sujeitos que se organizam coletivamente para transformar a realidade, percebendo suas tarefas históricas, capacidade de transformação imediata e utopia a longo prazo. Historicamente, todas as ações de organizações revolucionárias almejam um ganho nessa consciência de classe dos mais variados setores oprimidos.

Contudo, como frequentemente alertou-se ao longo da história da luta de classes, nada impede que sejam tomadas noções erradas dessas tarefas, ou da situação dos sujeitos nessa luta de classe, o que Lukács chama de “falsa consciência”. Nesse sentido, partindo das reflexões ecossocialistas expostas no decorrer dos pontos anteriores, para a maior efetividade enquanto sujeito transformador, a consciência de classe dos oprimidos hoje deve vir acompanhada de uma consciência ecológica, entendendo as interdependências dos sujeitos no Sistema-Terra e a grave ameaça que o capitalismo impõe já a curto prazo.

Ressalta-se que essa consciência ecológica nada tem a ver com uma suposta “ética ambiental” ou outras formas subjugadas de valorar o meio ambiente na lógica de trocas de mercadoria capitalista. Pelo contrário, trata-se de uma noção autêntica da classe trabalhadora, de forma independente e em contraposição à ruptura metabólica capitalista. Entende-se que esse é o objetivo norteador, que pode ser usado para avaliar a capacidade de ganhos para uma estratégia revolucionária ecossocialista nas disputas jurídicas e dentro das ferramentas estatais.

---

<sup>22</sup> Foi um teórico e militante marxista húngaro, sua maior contribuição foi o livro “História e Consciência de Classe”, considerado importante fonte do chamado “marxismo humanista” e de toda a tradição anti positivista do marxismo em geral.

#### 4. O BRASIL NA RUPTURA ECOLÓGICA GLOBAL, O QUE O CAXIMBA TEM A VER COM ISSO?

Após uma localização do ecossocialismo defendido no presente trabalho e a intervenção nos campos jurídicos que acreditamos ser mais eficientes para uma estratégia revolucionária ecossocialista, a questão que se apresenta para nós é: como isso se desdobra na nossa realidade concreta de lutas no Brasil?

Este texto, produzido em 2021, é alocado em um contexto espaço temporal complexo e profundamente doloroso. As centenas de milhares de mortos causados pela Covid-19 e pela administração genocida do atual presidente Jair Bolsonaro escancararam não só a luta de classes, mas também seu caráter ecológico. Tendo em vista que, ao que tudo indica, a destruição de *habitat* natural e comercialização de animais selvagens em Wuhan foi fator fundamental para a adaptação do vírus em humanos e nas contaminações iniciais (WALLACE, 2020, pg. 533-534), bem como a maioria dos patógenos que surgiram nos últimos séculos, o capitalismo é uma grande linha de montagem de epidemias (WALLACE, 2020).

Parcelas da população com marcadores específicos de classe, raça, sexualidade e gênero sofrem com a falta d'água, de energia elétrica, de *internet*, com os preços exorbitantes de produtos básicos e com os transportes públicos lotados durante uma pandemia. Devemos colocar na ordem do dia como “o capitalismo supõe e gera desigualdades na relação do meio ambiente com indivíduos e grupos de indivíduos. Se, como diz Marx, o capital é uma relação social, essa relação integra em sua lógica a ‘natureza ou ambiente’”<sup>23</sup> (KEUCHEYAN, 2016, pg. 42-43, tradução nossa). Logo, o acesso aos “serviços públicos do meio ambiente”, tanto em suas modalidades primárias (água, ar, etc), quanto com maior grau de influência técnica (energia, internet, etc), refletem as relações sociais como desigualdades ecológicas (KEUCHEYAN, 2016, pg. 42-51). Na pandemia, uma mesma cidade pode ter uma diferença de letalidade entre os bairros mais ricos e os mais pobres de até 10 vezes (JÚNIOR; CARVALHO, 2020). Em denúncia da APIB (EL PAÍS, 2021), é exposto o papel ativo do governo para atrapalhar o controle e

---

<sup>23</sup> Original: “el capitalismo a la vez supone y genera desigualdades en la relación con el medio ambiente de los individuos y grupos de individuos. Si como dice MARx, el capital es una “relación social”, esa relación integra en su lógica a la ‘naturaleza’ o el ‘medio ambiente’”

imunização dos povos originários no Brasil. Políticas deliberadas para mortes em larga escala de etnias específicas são políticas de genocídio.

Ao mesmo tempo, no campo, nunca antes foram aprovados tantos agrotóxicos pela Anvisa (G1, 2021)<sup>24</sup>. Nos biomas, o desmatamento da Amazônia e Cerrado atingem os maiores patamares dos últimos anos (TERRA BRASILIS, [s.d]), e no Pantanal as queimadas de 2020 foram as maiores da história (INPE, [s.d])<sup>25</sup>, atropelando todas as populações originárias e comunidades tradicionais nesse percurso.

Tudo isso não é por acaso. A água que falta na periferia dos grandes centros deixa de chegar nos reservatórios pelos rios voadores por conta das queimadas na Amazônia e Pantanal (FEARNSIDE, 2004, pg. 63-65). A política de morte aplicada pelo governo federal não ataca apenas a vida das pessoas, mas também a natureza, não por capricho, mas por uma necessidade de expansão do capital sobre tudo que é comum, sobre o que não é mercadoria. Aproveita-se a crise para uma política de legitimação legal da apropriação dos bens comuns, em oposição aos Direitos à Existência.

O Ecocídio, enquanto crime deliberadamente cometido contra o planeta causando danos graves e duradouros, é imputado à Bolsonaro em denúncia da APIB ao Tribunal de Haia (EL PAÍS, 2021), pois, enquanto essa crise ambiental se alastra nos biomas, a preocupação principal do governo e seus aliados políticos é “passar a boiada”. Nas câmaras, a prioridade é a aprovação de políticas de privatização de setores essenciais para a autonomia nacional, como os correios e a eletrobrás, ou desmontes diretos como o PL 490/2007, pelo marco temporal, o PL 3729/2004, que na prática acaba com o licenciamento ambiental obrigatório, e o PL 2633/2020, que institucionaliza/legaliza a grilagem. Utiliza-se da crise sanitária para dar maior legitimidade para o avanço do capital sobre a natureza e a vida dos povos.

Em seu texto “Os despossuídos”, Bensaid expõe com muita nitidez que, diferentemente da acumulação primitiva que Marx anunciava no século XIX, o que

---

<sup>24</sup> Além do registro dos agrotóxicos aumentarem ano após anos elevando um patamar de 2015 (139 novos registros) para 2020 (493) ainda existe um aumento significativo no uso em quantidade e em área (MORAES, 2019)

<sup>25</sup> De acordo com a plataforma Terra Brasilis do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), em 2020 tivemos a maior área desmatada da Amazônia desde 2008 com 10.851km<sup>2</sup> e do Cerrado dos últimos 6 anos com 7.340km<sup>2</sup> (INPE, [s.d]). Lembrando que o desmatamento não é linear, a cada ano que o bioma diminui uma mesma área desmatada representa um dano infinitamente maior à biodiversidade. Já o Pantanal alcança em 2020 o maior número de focos de queimadas desde o início da medição, com números superando o triplo da média histórica (TERRA BRASILIS, [s.d]).

ocorre a partir dos anos 80 é desarticulador de uma outra ordem de bens comuns, muito mais amplos do que apenas a terra. É uma apropriação da água, das florestas, mas também da saúde pública, da seguridade social e dos próprios saberes (BENSAID, 2017, pg. 48-68).

Essa acumulação de tudo que é comum e mesmo o que, a princípio, parece inalienável por parte dos capitalistas, é a chave para pensarmos o momento histórico que o Sul Global, em especial o Brasil, atravessa. A própria ascensão orquestrada de líderes de direita na América Latina não pode ser observada como mera coincidência. É uma necessidade do capital que isso ocorra. A retirada de valores de uso de países como o Brasil por meio do agronegócio e da mega mineração é estruturante do capitalismo das grandes cadeias próprias do Antropoceno e sua organização do imperialismo ecológico.

Esse capítulo buscará abordar onde o Brasil está situado na ruptura ecológica global, como isso se relaciona com a política brasileira e como essa necessidade global toma proporções locais a partir do conflito socioambiental do Caximba na capital “modelo” de Curitiba.

#### 4.1. A RUPTURA METABÓLICA NO BRASIL: A DEPENDÊNCIA TAMBÉM É ECOLÓGICA

A necessidade da construção de um socialismo autenticamente latino-americano, a partir de criação heróica, exposta por Mariátegui, exige que antes de mais nada entendamos as especificidades do capitalismo latino-americano. Em suas reflexões, o autor peruano discorre sobre como nosso capitalismo é baseado em exportação agrária, proveniente de propriedades gigantescas dadas por monarcas, em cima de muito sangue indígena (MARIÁTEGUI, 1982, pg. 75-110).

Como Florestan Fernandes nos demonstra, as relações existentes nos modelos anteriores ao desenvolvimento do capitalismo não desaparecem - na realidade, as novas relações de produção se desenvolvem pelo o que está posto na lógica anterior. Devemos pensar no capitalismo brasileiro como a modalidade dependente que historicamente foi estabelecida na América Latina, determinada pelos aspectos concretos já presentes: o latifúndio, o genocídio dos povos originários, a escravização dos povos africanos e o colonialismo (FERNANDES, 1972, pg. 35). Nesse contexto, a visão etapista - na qual ocorreria um necessário

desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas, ocasionando em uma revolução burguesa, processo de industrialização e proletarização a partir da urbanização da maior parcela da classe trabalhadora e consequentemente sua participação em um regime de produção assalariado - torna-se mais deslocada da realidade.

É evidente que o capitalismo latino-americano é completamente diferente do europeu. Assim como Marx, em seus estudos sobre o processo de cercamento e de acumulação primitiva na Inglaterra (MARX, 2017, pg. 641-642), trabalha com as especificidades do capitalismo e da formação de classes na Europa, devemos ter o mesmo cuidado com a América Latina. Analisando a realidade brasileira, existem inúmeros elementos que saltam os olhos.

Primeiramente, esses aspectos iniciais da passagem do colonialismo mercantil e monárquico para o capitalismo ainda estão presentes hoje. A preponderância dos bens primários - minerais e agropecuários - na balança comercial brasileira é nítida. Nos últimos anos, a mineração chegou a atingir 60% do *superávit* comercial brasileiro (IBRAM, 2020, pg. 27-28), o que não é trivial em um país que, principalmente depois do plano real, é baseado em uma balança superavitária comercial para pagar as enormes rolagens de dívida para os bancos.

É próprio do capitalismo dos países “desenvolvidos” a inovação tecnológica constante, na qual é empregada menor quantidade de força de trabalho para produzir a mesma quantidade de mercadoria, que possui um valor unitário menor. Com isso, cada vez torna-se mais interessante investir em países periféricos para atividades com uma lucratividade muito maior. Esse aspecto da necessidade de uma balança positiva através de bens primários é uma política de estado brasileira desde a década de 90, na qual o Brasil

consolida sua posição ativa e, marcadamente, dependente, no movimento mundializado de acumulação capitalista, com dominância financeira. Em verdade, essa versão brasileira do modelo rentista-neoextrativista, com o país na condição de mera plataforma emergente de valorização financeira e de exportador de commodities agrícolas e minerais, na intrincada relação entre extrativismo e mercado financeiro, constitui um arranjo de risco, ancorado em uma base política de coalisão conservadora, movida pela tradicional “política de negócios”, na sua expressão mais vil, patrimonialista e privatizante. (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, pg. 26)

Esse processo gera dois aspectos típicos do Brasil do século XXI: a dependência político-econômica do setor bancário e a reprimarização da economia. Sobre o desenvolvimento do agronegócio, Illena Barros mostra que

Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e, conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. (BARROS, 2018, pg. 179)

Essa relação faz com que o próprio sistema político crie mecanismos de favorecimento do setor econômico que o ocupa majoritariamente. A partir disso, os latifundiários conseguem uma maior acumulação do meio de produção que permite a exploração econômica do trabalho e da natureza: a propriedade privada da terra.

A ruptura metabólica no Brasil se expressa exatamente por essa equação: porções de terras gigantescas acumuladas por uma porção minúscula da população, com o emprego de monoculturas e técnicas agrícolas empobrecedoras do solo e que, pela relação promíscua com o poder público, conseguem ferramentas estatais para manter essa concentração e até mesmo ampliá-la. Exemplo disso é o conceito de função social da terra presente na Constituição de 1988, no qual o critério de validade repousa na produtividade (MARÉS, 2003).

Ao contrário do que dizem os grandes veículos de mídia defensores da plataforma política do “agro é pop”, o nosso sistema de exportação de valores de uso - por meio da espoliação da água, da terra, das florestas, da vida dos trabalhadores superexplorados e dos povos indígenas -, enviados para o exterior por meio de *commodities* (com ênfase na soja e na cana-de-açúcar), é completamente insustentável ecologicamente, mesmo com as mais modernas técnicas de fertilização:

A ilusão de que se pode indefinidamente maximizar a produtividade e a rentabilidade agrícolas pela monocultura, uso sistemático de pesticidas e fertilizantes industriais e pela transformação dos alimentos em commodities está conduzindo a um círculo vicioso de diminuição da diversidade microbiana dos solos e a seu conseqüente empobrecimento. (MARQUES, 2015, p. 140)

Trata-se de uma fórmula de apropriação sistemática de valores de uso da natureza: roubar bens comuns para o processo privado de produção de mercadoria e distribuí-los para os países centrais do capitalismo em troca de poderio econômico e político. Esse modelo, ao longo do tempo, aliena os trabalhadores brasileiros e a

natureza de suas atividades emancipadas em troca de uma segurança alimentar e diminuição de impactos ecológicos no espaço geográfico dos países ricos.

Hoje, o agronegócio já é ligado a 99% da degradação do solo global (MARQUES, 2015, pg. 135), sendo 35% do sobrepastoreio - muito usado no avanço da fronteira agrícola no Brasil -, 27% de atividade agrícola direta, 7% do sobreuso da vegetação e 30% do desmatamento. Todas as atividades citadas estão relacionadas, direta ou indiretamente, com o agronegócio ou com as técnicas de avanço da fronteira agrícola, que geralmente consistem em extração da madeira, queimadas e ocupação com gado.

O que é importante observar, para uma compreensão da posição atual do Brasil no imperialismo ecológico, é que as últimas décadas de governos progressistas não diminuíram o processo de dependência político-econômica para com os países centrais, muito menos frearam o processo constante de exploração da natureza, pelo contrário. Emprestando novamente a metáfora de Walter Benjamin do freio de emergência, os governos progressistas na América Latina não só não frearam o trem des governado do progresso, mas o aceleraram (SANTOS, 2017, pg. 11). Hoje somos cada vez mais dependentes do ponto de vista dos marcadores hegemônicos de economia próspera - PIB, balança comercial, etc - de setores destrutivos e violentos, especialmente o agronegócio e a mega mineração.

Além disso, como nos apontou Marx, a ruptura metabólica tem dois lados. Com a propriedade da terra tão concentrada, com uma acumulação primitiva tão brutal no campo e nos biomas, não é de se espantar que as cidades sejam tão brutais quanto. Como Bensaid alerta, a tomada dos capitalistas de tudo que é comum - inclusive aspectos não materiais como a saúde pública - afeta profundamente a vida da classe trabalhadora. Na realidade brasileira, um aspecto que se destaca é a moradia.

O já tão distante sonho da moradia universal, expressa como objetivo do Estado-nação na constituição de 1988, ganhou nas últimas décadas um novo patamar. Os poderosos inimigos da busca por moradia digna - a especulação imobiliária e o despejo enquanto ferramenta política de acumulação - avançam cada vez mais sobre as ocupações e territórios coletivos urbanos. Regiões como o Caximba, que antes eram desinteressantes enquanto mercadoria, ganham importância com o crescimento das cidades e da população. Esses espaços são prontamente identificados pelo capital e o processo de apropriação começa.



O uso do despejo enquanto ferramenta política torna-se ainda mais perverso com os novos governos municipais eleitos em 2020, avançando mesmo durante a pandemia de Covid-19, ainda que em oposição à decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade desses atos (BRASIL, 2021). Nos últimos meses observamos brutais despejos, como o da ocupação da CCBB em Brasília pelo governo do Ibaneis Rocha (MDB), na região de Tororó em Salvador pelo governador Rui Costa (PT) e os brutais ataques à ocupação no Caximba em Curitiba pelo governo municipal de Rafael Greca (DEM) e estadual de Ratinho Júnior (PSD), aos quais os próximos subtítulos serão dedicados.<sup>26</sup>

Essa face urbana da ruptura metabólica evidencia muitos problemas na vida das camadas populares na cidade. A diferença no acesso aos serviços públicos e a própria condição ambiental mostra um profundo diferencial na interação de pessoas de classes diferentes para com o ambiente urbano e o poder público. Uma questão levantada ainda na época de Marx - e que hoje, após o desenvolvimento da indústria petroquímica (MARQUES, 2015, pg. 162), é ainda mais colossal -, é o lixo acumulado nas cidades. Na natureza não existe lixo, existem produtos de interação metabólica. Quem os organiza de forma a poluir ambientes e gerar condições violentas a parcelas específicas da humanidade e à natureza é o capitalismo (MARQUES, 2015, pg. 161).

Em relação a esse aspecto específico - que se faz primordial na análise do Caximba -, Luiz Marques propõe três fatores que fazem com que a economia capitalista seja predominantemente produtora de lixo: i) a obsolescência programada; ii) o consumismo compulsivo; iii) a emergência do crédito ao consumidor (2015, pg. 163-164). Esses três fatores explicam porque os produtos são produzidos de forma a durar pouco, porque são consumidos mesmo assim, já que existe todo um arcabouço midiático e moral que incentiva isso, e, por último, como os capitalistas se favorecem não só na venda contínua de produtos que poderiam durar muito mais, mas como o sistema financeiro ganha fornecendo poder de compra para que isso se mantenha.

Existem ainda diversos aspectos, como a relação entre tempo de uso de uma mercadoria em oposição ao tempo que seus resíduos se mantêm na natureza, a forma como os resíduos sólidos são tratados na sociedade capitalista e diversas

---

<sup>26</sup> Partidos citados neste parágrafo subsequentemente: Movimento Democrático Brasileiro; Partido dos Trabalhadores; Democratas e Partido Social Democrata

outras questões acerca da organização urbana que são de suma importância. No entanto, este capítulo almeja apenas demonstrar a profunda contradição na qual países como o Brasil estão imersos, tanto no contexto de produção no campo, quanto de consumo e vida nas cidades.

O próximo subtítulo propõe uma análise do conflito socioambiental na região do Caximba em Curitiba para ilustrar os pontos trazidos ao longo do trabalho, bem como os campos de enfrentamento a partir do Direito propostos no capítulo anterior. Não almeja-se esgotar o profundo debate sobre a ruptura metabólica no Brasil, mas sim dar um pano de fundo para a regionalização da discussão a partir de uma visão ecossocialista. É notável que um contexto urbano, ainda mais em uma capital como Curitiba, não é o exemplo mais óbvio para exemplificar a ruptura ecológica global, mas é o contexto no qual o autor constrói seu conhecimento situado e que possui grande importância enquanto processo violento e acumulador de bens comuns, que deve ser denunciado, estudado e combatido. Além disso, é um exemplo nítido da face urbana da ruptura metabólica em uma “cidade modelo”.

#### 4.2. A VELHA POLÍTICA NO BAIRRO NOVO DO CAXIMBA

O bairro do Caximba é situado na região de várzea do Rio Iguaçu, que percorre todo o perímetro sul-sudeste do município de Curitiba/PR. É um espaço fronteiriço entre Curitiba e os municípios vizinhos de Fazenda Rio Grande e Araucária.

Como exposto no relatório da Fiocruz (2014) em um mapeamento de conflitos socioambientais, o lixão do Caximba foi criado em 1989 como um destino principalmente de resíduos orgânicos domésticos e comerciais. Com o passar dos anos, tornou-se um dos destinos principais para o lixo de uma região metropolitana populosa composta de 16 municípios, chegando a receber 2,4 toneladas de lixo em 2008.

Como é esperado de um lixão, ou seja, um espaço no qual não é feito o tratamento devido para os resíduos, tornam-se comuns “relatos de doenças de pele, doenças renais, abortos espontâneos, casos de câncer, hidrocefalia, doenças respiratórias, além de doenças decorrentes da proliferação de vetores de doenças infecciosas como ratos, mosquitos, moscas e baratas” (FIOCRUZ, 2014, n.p.). Mesmo com inegáveis impactos ambientais no Rio Iguaçu e na população de cerca

de 2.500 habitantes (IPPUC, 2014), à época, a resposta do poder público era imobilismo no judiciário, descaso do legislativo e incentivo à destruição por parte do executivo, que em 2004 realizou um aumento emergencial do lixo.

A primeira resposta do judiciário ocorreu apenas em 2009, ainda assim de forma muito tímida, impedindo a tentativa de construção de um novo aterro no Caximba. Alguns meses depois, em maio de 2010, foi aprovada uma lei na Câmara Municipal de Curitiba que proibiu o escoamento de lixo de outros municípios da região para o Caximba. Obviamente, isso não ocorreu de forma espontânea, mas após uma pressão organizada da comissão de moradores do bairro, que tiveram reuniões com o Ministério Público, vereadores e depois diretamente com o ex-prefeito Beto Richa (FIOCRUZ, 2014).

Mesmo que sejam flagrantemente contraditórios com toda a ordem de direitos humanos e ambientais - com estudos técnicos comprovando a contaminação das águas e dos moradores da região (FIOCRUZ, 2014) -, os interesses resguardados pelo poder público são os capitalistas. Mais importante do que a vida das pessoas pobres e periféricas é o lucro e a manutenção do modelo de troca de mercadorias produtoras do lixo e da manutenção de uma ruptura metabólica ecologicamente insustentável.

Esse breve exemplo mostra a importância de que, mesmo que pareça contraditório à primeira vista, os esforços dos ecossocialistas não estejam fixados na pura e simples defesa legal do meio ambiente, mas sim das organizações populares que podem defendê-lo. Mesmo com a disparidade gigantesca de poder entre a Prefeitura de Curitiba e os moradores do Bairro do Caximba, uma comissão de moradores consegue estabelecer barricadas importantes para o avanço da destruição da natureza e do ataque aos direitos de existência dessas pessoas.

Os fatos narrados anteriormente levaram ao fim dos despejos oficiais no lixão do Caximba em 2010, não sem antes despejar pelo menos 12 milhões de toneladas de resíduos (CURITIBA, [s.d.]). Desde então há uma tentativa de achar alternativas para a “recuperação” da área. Diversos projetos apareceram no debate público, como propostas de usinas termelétricas que queimariam os gases do lixão, diques de contenção do rio para diminuir doenças, entre outras inúmeras soluções insuficientes, ou de simples exploração econômica.

Contudo, a realidade concreta atropelava o imobilismo do poder público e, mesmo com os severos problemas ambientais, a região tornou-se cada vez mais

populosa. Não de forma controlada, mas com grandes ocupações irregulares. Diferente do que se propaga aos quatro ventos do país sobre a ideia de Curitiba como “cidade modelo”, hoje o município conta com pelo menos 300 ocupações irregulares (IPPUC, 2015), sendo 4 destas no Caximba. Só nas ocupações, a população do Caximba já soma um estimado de 7 a 9 mil pessoas (SORRENTINO, 2018, pg. 49-50). O conflito complexifica-se, principalmente no uso do despejo como ferramenta política.

Essa nova situação gerou uma resposta diretamente conectada com a nova realidade. Obviamente, não em defesa das pessoas que ali habitam de forma precária, com baixíssimo acesso aos serviços públicos, mas “resolvendo” os problemas ambientais da melhor forma para o capitalismo: mercadorizando o espaço que antes era descartável e expulsando a população ocupante.

Em 03 de julho de 2018, é assinado pelo Prefeito Rafael Greca (DEM) o Decreto 688, no qual institui-se “o Setor Especial de Habitação de Interesse Social - Regularização Fundiária da Caximba”, no qual fazem parte as vilas 29 de Outubro, Dantas, Espaço Verde e Primeiro de Setembro, sobre as quais ficam autorizadas

as Secretarias Municipais competentes e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba à proceder a implantação e manutenção de infraestrutura essencial, equipamentos comunitários e melhoria habitacional nesse Setor Especial, assegurando nível adequado das condições urbanísticas, sociais e ambientais (CURITIBA, 2018)

Esse decreto abre portas para o chamado “Projeto gestão de risco climático Bairro Novo do Caximba”, financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que emprestou mais de 38 milhões de Euros para a Prefeitura de Curitiba. Em um primeiro olhar, apresenta-se como um projeto inovador, exposto orgulhosamente por seus elaboradores (CANAL PUCPR, 2021), juntando várias das propostas ambientais e sociais e as aprimorando: diques de contenção, recuperação e melhoria ambiental, formas da comunidade interagir com as áreas recuperadas e ainda um projeto de habitação popular (CURITIBA, 2020).

É verdade que existem vários pontos positivos nas propostas de cunho ambiental, sendo que algumas delas poderiam ser implementadas visando o bem da população do bairro. Contudo, a prática é bem diferente. A falta de transparência em todas as etapas de formulação do projeto e a ausência de consulta popular gerou uma profunda insatisfação na população. Quem souber do cadastramento e tiver condições de entrar em uma das faixas do programa da Companhia de Habitação

Popular (COHAB) de Curitiba, conseguirá uma casa a um valor relativamente acessível, em área que será recuperada e provavelmente se valorizará, isso porque deixará de ser um bairro de ocupação irregular, como o Estado e a Prefeitura estão deixando bem nítidos que é o plano.

E o que resta para os moradores que não conseguirem? Mesmo durante a pandemia, estão ocorrendo despejos ilegais e diversas operações policiais que atacam moradores. A formação do “primeiro bairro ecológico de Curitiba”, como propagandeia a Prefeitura, será em cima de muito sangue, dor e casas demolidas. Curiosamente é em conjunto com essa desocupação e “desfavelização” que surge o interesse do poder público em “urbanizar os lotes”, garantindo saneamento básico, creches, transporte, etc (CURITIBA, 2020, pg. 45). Não é urbanização, é higienização.

Em sua campanha à reeleição em 2020, o então prefeito Rafael Greca escancarou as reais intenções do projeto, descrevendo-o como “a maior intervenção já imaginada na história de Curitiba de desocupação ou de desfavelamento” (GRECA, 2020). Greca ainda complementou sua mensagem, dizendo o quanto sente orgulho de se apresentar como candidato “em cima das 90 casas de palafita que já não existem mais”.

Relembrando, não pretende-se neste capítulo um estudo de caso minucioso do conflito socioambiental, e sim aplicar em um caso concreto o caminho proposto na investigação do uso tático do Direito pelos ecossocialistas. É nítido o uso do Estado enquanto ferramenta de repressão contra os moradores da ocupação. O interesse em levar determinados serviços públicos apenas depois da recuperação e melhoria ambiental escancara a injustiça ambiental à qual as classes despossuídas são submetidas. O imobilismo de décadas do poder público só é rompido quando há interesse financeiro estrangeiro (AFD) e interesse mercadológico (imobiliário).

Entretanto, mais uma vez, mesmo com a profunda desigualdade de poderes própria dos conflitos socioambientais (SVAMPA, 2019), há luta contra o avanço do capital sobre os Direitos de Existência daquela população, o mínimo de moradia e segurança que os barracões e casas precárias representam.

O projeto Move Vidas<sup>27</sup>, o Mutirão do Bem Viver<sup>28</sup> e a página/iniciativa civil Novo Caximba, Velha Política<sup>29</sup>, estão constantemente realizando denúncias nas redes, ações de mobilização de base, ações de solidariedade com doações, etc.

O conflito pode ser usado para exemplificar os quatro campos de disputa no uso tático do Direito numa perspectiva ecossocialista propostos no segundo capítulo<sup>30</sup>. Acerca do primeiro, é flagrante a dificuldade na mobilização dos moradores do bairro. Como identificado pela própria prefeitura (CURITIBA, 2020, pg.34), a população possui baixa renda. Isso se soma à péssima estrutura de transporte (URBS, 2015)<sup>31</sup>, precarização do trabalho e pouco tempo livre dos moradores, que são fatores fundamentais para a desarticulação dos trabalhadores. Em contextos como o do Caximba, torna-se ainda mais nítido o uso político da precarização nas disputas territorializadas, no qual a interessada (Prefeitura) controla a qualidade do traslado dessa população, programas de acesso a empregos menos precarizados como frentes de trabalho e outras possíveis formas de aumento de salário e redução de jornada, já que são atividades de competência do município.

O segundo campo aparece de forma mais marginal, visto que não é um conflito no qual estão diretamente ligados povos originários e comunidades tradicionais. Contudo, a despeito do que afirma o Projeto de Gestão de Risco (CURITIBA, 2020, pg. 38-39), de que não haveria nenhum impacto em populações indígenas, o próprio bairro do Caximba abriga uma aldeia urbana Kakané-Porã, que a médio prazo pode ser profundamente afetada. Já é reconhecida a dificuldade de manutenção da integridade física, territorial e cultural de aldeias, ainda mais as urbanas. A possibilidade de um *boom* populacional e grandes empreendimentos imobiliários pode afetar, e muito, a situação atual da aldeia. Reconhecer isso seria

<sup>27</sup> Coordenado pela Mestranda Gaivotta “que atende famílias e crianças do bairro através da Capoeira e da assistência social” (PORTAL COMUNICARE, 2021)

<sup>28</sup> Movimento social pela soberania alimentar, que tem como horizonte a construção de uma sociedade do Bem-Viver livre de todos os tipos de opressão, a partir do enraizamento territorial: [instagram.com/mutiraopelobemviver/](https://www.instagram.com/mutiraopelobemviver/)

<sup>29</sup> Se auto intitula: “iniciativa da sociedade civil em alerta com o Bairro Novo Caximba da Prefeitura Municipal de Curitiba. Luta por condições dignas de moradia e contra os despejos” no instagram da iniciativa: [instagram.com/novocaximbavelhapolitica](https://www.instagram.com/novocaximbavelhapolitica)

<sup>30</sup> Sendo eles: i) a luta por emprego, redução de jornada de trabalho e melhores salários; ii) a defesa da vida e modo de organização dos povos originários e comunidades tradicionais; iii) a promoção de espaços de organização popular e a defesa dos já existentes; iv) ganho de consciência de classe e consciência ecológica

<sup>31</sup> Uma breve análise do mapa disponibilizado pela URBS mostra que apenas 2 “alimentadores” chegam no bairro e apenas 1 na região mais ao sul perto do rio. Além de ser uma linha que corta as moradias, demandando um deslocamento considerável.

de fundamental importância para um alinhamento de interesses e atuação conjunta entre os moradores das ocupações e da aldeia.

A importância do terceiro campo é a mais escancarada no conflito socioambiental do Caximba. Quem está fazendo a linha de frente contra esse processo são os próprios moradores auto organizados, projetos de iniciativa popular e movimentos sociais parceiros - os quais, na palavra dos próprios movimentos, têm a difícil tarefa de dar esperança e voz para quem sempre é silenciado:

O cansaço por enfrentar grandes setores é combatido pela esperança de estimular os jovens a serem críticos e desalienados, e os adultos a não terem mais medo de dizer suas palavras. A luta é para que essas vozes sejam ouvidas pelo poder público, em todas as situações em que a classe trabalhadora é silenciada pelos mais poderosos e, muitas vezes, pela mídia. É para que o restante da população de Curitiba, do Paraná, e do Brasil, entendam que o projeto de urbanização da prefeitura só é perfeito no discurso. No cotidiano das pessoas envolvidas, representa medo. (PORTAL COMUNICARE, 2021)

A força policial utilizada de forma tão ostensiva não tem como interesse a simples desocupação, mas sim estabelecer o terror nas vozes que se levantam em oposição ao projeto violento de “desfavelização” de Rafael Greca:

Essas famílias estão sofrendo despejos criminosos desde 2017, como o ocorrido no dia 15/04. Veículos da Prefeitura de Curitiba derrubaram cerca de 11 casas com apoio da Guarda Municipal, Grupo de Operações Especiais e Cohab, numa operação surpresa na região da Ocupação 29 de Outubro, prevista para a implementação do projeto, sem apresentação de mandado. Moradores estavam trabalhando e tiveram suas casas derrubadas. (PORTAL COMUNICARE, 2021)

É em razão dessa realidade brutal que esses espaços organizativos devem ser defendidos a qualquer custo, são a chave para que exista resistência contra os avanços do capital e, no futuro, que permitirão os despossuídos desenvolverem suas capacidades para avançarem contra os senhores.

## PROTESTO DE MORADORES DO CAXIMBA EM OUTUBRO DE 2020



FONTE: MATHEUS VASCONCELOS, 2020.

Por último, a comoção dos espaços de intelectuais, academia, jornais e organizações políticas foi muito maior no caso do lixão do que agora, na violenta desocupação. Pouco se fala que “a proposta pretende transformar as moradias conseguidas com grande esforço em um parque com pegada ecológica, alinhado ao discurso de ‘cidade modelo’” (PORTAL COMUNICARE, 2021). Isso quando não é dado um espaço de privilégio e admiração para os formuladores e defensores do Projeto de Risco.

Sabe-se que Curitiba é uma cidade com um histórico de pouca referência popular na esquerda institucional, apesar da história repleta de revoltas populares e resistência contra a Ditadura Militar. Portanto, não é inédito que problemas ambientais sejam “solucionados” às custas da vida das pessoas mais pobres. É exatamente por isso que todo e qualquer processo de ganho de consciência de classe, de capacidade organizativa, de formulações próprias para a resistência popular de forma a atrelar a questão ecológica com a luta de classes deve ser defendida e incentivada pelos ecossocialistas.



## 5. CONCLUSÃO

Durante os capítulos que se antecederam buscou-se apresentar a conceituação e contextualização necessárias para o debate sobre o uso tático do Direito nos conflitos socioambientais, atrelado a uma estratégia revolucionária de cunho ecossocialista. Prezou-se pelo estabelecimento de campos férteis para vitórias reais dos oprimidos dentro do campo jurídico, garantindo ou impedindo ataques aos Direitos à Existência dos despossuídos e crescente apropriação primitiva da Natureza.

O caminho percorrido para tal inicia-se pelo estabelecimento do que é o ecossocialismo. Utilizou-se da obra de Michael Lowy para defender um ecossocialismo aberto, dialético e forjado na luta de classes. Uma tentativa autêntica da classe trabalhadora de dar respostas para as necessidades atuais da luta socialista contra o capitalismo no Antropoceno. Entendeu-se que o ecossocialismo precisa colocar-se enquanto o socialismo da urgência climática, escancarando a contradição de um sistema socioeconômico baseado no crescimento infinito da apropriação da natureza (capitalismo) em um sistema físico finito (sistema-terra).

A ruptura metabólica alocada no centro do entendimento do que é o capitalismo é crucial para um ecossocialismo capaz de entender os problemas atuais e superá-los. Entendeu-se que essa é a tarefa dos ecossocialistas na América Latina: introduzir os debates sobre outras formas de organização, com metabolismo de interação humano-natureza, diversa da capitalista. Busca-se um ecossocialismo como criação heróica, dando respostas aos nossos mitos e ânsias, tal como preconizou Mariátegui com seu Socialismo Indo-Americano.

Posteriormente, estabeleceu-se como o Direito era alocado na discussão de estratégia e tática revolucionárias. As limitações do Direito são nítidas, não espera-se com seu uso tático mudar as relações sociais capitalistas. Contudo, também não entendeu-se que é uma ferramenta inerte ou, de forma idealista, que seja essencialmente desmobilizadora. Observa-se que existem ganhos reais que podem ser obtidos com disputas dentro do campo jurídico, a título de exemplo como é historicamente atribuído às legislações trabalhistas.

Sob essa égide, observou-se que a mera proteção à natureza em forma de leis diretas não é eficaz; seria como esperar que uma lei trabalhista impedisse a exploração da força de trabalho. É intrínseco ao próprio processo de produção de

mercadorias no capitalismo a apropriação de valores de uso da natureza. Também concluiu-se que as leis que amparam-se na redução da destruição a partir da internalização de custos ambientais no processo de produção e troca são ineficazes. Demonstrou-se que essas leis se apoiam em uma noção da economia política liberal que não corresponde com a realidade, pois não existe ligação direta entre aumento de eficiência e diminuição de impacto ambiental.

Essas limitações nos levam a procurar as ferramentas que permitam um acúmulo de forças para uma estratégia revolucionária em outros mecanismos. A classe trabalhadora organizada é capaz de lutar contra os exploradores, logo, a atuação jurídica nos conflitos socioambientais deve se focar nos campos que apresentam maior potencial de criar, defender ou impulsionar esses espaços de organização. Dessa forma, apresentou-se 4 campos que se encaixam nesse entendimento: i) a luta por emprego, redução de jornada de trabalho e melhores salários; ii) a defesa da vida e modo de organização dos povos originários e comunidades tradicionais; iii) a promoção de espaços de organização popular e a defesa dos já existentes; iv) ganho de consciência de classe e consciência ecológica.

Agrupou-se nesses campos de forma intencional, apresentando-se em unidade dialética para cumprir não só as demandas históricas do movimento socialistas, mas também as necessidades que o Antropoceno e o iminente colapso climático colocam. A sede insaciável dos capitalistas por parcelas maiores da riqueza socialmente acumulada, própria da característica “vampiresca” expressa por Marx, enxerga como solução para as crises de super acumulação do pós-segunda guerra uma acentuação da acumulação primitiva da natureza. Para isso é fortalecida uma estrutura imperialista, reforçada e institucionalizada nas novas regras internacionais e processos de troca de mercadorias nas redes globalizadas. Dessa forma, estabelecem o chamado Imperialismo Ecológico, no qual um fluxo de capitais e de valores de uso da natureza da periferia para o centro é instituído e reforçado por estruturas de poder.

O Brasil ocupa, nesse contexto, um lugar de dependência não só político-econômica, mas também ecológica. Nosso país passa por um intenso processo de reprimarização da economia desde a década de 80. A necessidade internacional de transformar a periferia em grandes fazendas e minas a céu aberto é

atrelada a políticas de dominância financeira do capital internacional, como o Plano Real.

Um uso tático do Direito por ecossocialistas que entendam essa realidade não pode ser ancorado em respostas demoradas ou em soluções meramente econômicas para problemas complexos e com dimensão ecológica. A cada dia que a revolução é adiada os impactos do colapso climático são potencializados. Compreender o Antropoceno, a partir do marxismo, é aceitar a necessidade de uma superação do capitalismo nos próximos 20 anos.

O exemplo concreto no conflito socioambiental do Caximba escancara que as armas utilizadas pelos exploradores são cada vez mais violentas e que a base de bens comuns que precisa ser apropriada para sustentar o sistema capitalista é cada vez maior. Até mesmo favelas e ocupações que antes eram esquecidas pelo poder público e interesse privado são mercadorizadas.

É possível observar no Norte Global mecanismos jurídicos que efetivamente protejam a natureza, mas isso ocorre em detrimento do Sul Global, que envia valores de uso na estrutura do imperialismo ecológico, principalmente por meio do agronegócio e da mineração. O uso tático por ecossocialistas em um país dependente é para criar ferramentas concretas de enfrentamento, capazes de acumular forças revolucionárias.

Compreende-se que vários aspectos deste texto abrem espaço para novas investigações. Nota-se que, apesar do estabelecimento de quatro campos de disputa nos conflitos socioambientais, não houve um aprofundamento na especificidade de cada um. Tanto nos mecanismos utilizados pelos capitalistas quanto nas ferramentas que podemos usar para nos defender e, eventualmente, avançar contra a exploração. Nesse sentido, a relação entre ecossocialismo e justiça socioambiental pode ser um tema futuro. Atrelar a justiça ambiental a uma estratégia revolucionária ecossocialista, sendo o mecanismo de interação com o campo jurídico do ecossocialismo, pode criar sínteses promissoras. Mostrou-se especialmente interessante a relação entre reprimarização da economia, ascensão dos governos petistas e mudanças climáticas dentro do contexto de dependência. Um estudo mais aprofundado da relação entre grandes multinacionais mineradoras e o agronegócio na influência de políticas públicas e macroeconômicas brasileiras pode revelar muito do rumo que o país segue, tornando-se um dos maiores exportadores de valores de uso do mundo. Também se mostrou fecunda a discussão

acerca dos Direitos da Natureza, tratados brevemente para uma intersecção entre os objetivos da Justiça Socioambiental e do ecossocialismo. Por fim, observa-se que existe uma enorme lacuna em relacionarmos Direito Ambiental com o uso tático proposto pelos marxistas. Portanto, seriam frutíferas pesquisas que aprofundassem nos aspectos dogmáticos e normativos, pensando em tensionamentos internos tanto no campo marxista quanto no Direito Ambiental.

Espera-se que o presente trabalho seja capaz de traçar caminhos, estabelecer posições e criar um amálgama das mais mobilizantes teorias que hoje circulam no marxismo quente da militância engajada territorialmente nas lutas classistas ecológicas. Além disso, que seja capaz de criar muitas outras dúvidas, lacunas e campos de disputa. As fontes heréticas do marxismo crítico, no qual essa pesquisa se referencia, estão mais preocupadas com o terreno de obras do que com construções perfeitas e intocadas. Pretendemos que este seja mais um dos tijolos.

## 6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/?lang=pt> <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 Fev. 2021.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 9-22

Ação contra Bolsonaro avança em Haia, e indígenas vão denunciá-lo por genocídio e por ecocídio. **EL PAÍS**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-01/acao-contra-bolsonaro-da-passo-inedito-no-tribunal-penal-internacional-enquanto-indigenas-se-preparam-para-denuncia-lo-por-genocidio-e-ecocidio-na-corte.html>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

ADAMS; FILHO; JUNIOR; MURRIETA. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência hoje**, São Paulo, v. 50, n. 297 pg. 26-30, out. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259640370\\_Coivara\\_Cultivo\\_Itinerante\\_n\\_Floresta\\_Tropical](https://www.researchgate.net/publication/259640370_Coivara_Cultivo_Itinerante_n_Floresta_Tropical)

ANGUS, Ian. Encarando o Antropoceno: uma atualização. **Leia marxistas**. 2020. Em: <<https://leiamarxistas.medium.com/encarando-o-Antropoceno-uma-atualização-55c6dfb18736>>. Acesso em: 13.jul.2021.

ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System**. New York: Monthly Review Press, 2017.

BARRETO, Eduardo Sá. BARRETO, Eduardo Sá. Antropoceno, Capitaloceno e os Ecosocialistas. **Contrapoder**. 2021. Disponível em: <<https://contrapoder.net/colunas/Antropoceno-capitaloceno-e-os-ecosocialistas/>>. Acesso em: 13.jul.2021.

BARRETO, Eduardo Sá. Marx contra a fantasia Coaseana: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono. **Marx e o Marxismo** v.3, n.5, pg. 263-278, jul/dez 2015.

BARRETO, Eduardo Sá. Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo ecológico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 211-234, janeiro-abril, 2021b.

BARRETO, Eduardo Sá. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. v. 4. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000100175&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100175&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 14. abr. 2021.

BENSAID, Daniel. **Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828/DF. Relator: Roberto Barroso. Brasília, 03 jun. 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/06/ADPF-828-barroso-3-jun-2021.pdf>>

CANAL PUCPR. **PUCPR | Cátedra Curitiba - Bairro Novo da Caximba**. Youtube, 20 abril. 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=43ht6chaxds&list=PLBlvScX8p0uL4SAJE\\_cM3dMJi0oVozGBw&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=43ht6chaxds&list=PLBlvScX8p0uL4SAJE_cM3dMJi0oVozGBw&index=7)>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. RENTISMO-NEOEXTRATIVISMO: A INSERÇÃO DEPENDENTE DO BRASIL NOS PERCURSOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO (1990-2017). In: RIGOTO, Raquel; AGUIAR, Ada; RIBEIRO, Lida. **TRAMAS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018, pg. 19-57.

COMO PARTE DA JORNADA DE MARÇO, MAB ENTREGA REIVINDICAÇÕES DOS ATINGIDOS AO GOVERNO DE MINAS GERAIS. **MAB**, 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/Kx1s6qo>>. Acesso em: 27.mar.2021a

COSTA , Alexandre. A declaração de guerra do capital contra a natureza. Parte II: Biosfera encurralada. **O que você faria se soubesse o que eu sei?**, 2019b. Disponível em: <[http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2019/06/a-declaracao-de-guerra-do-capital\\_7.html](http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2019/06/a-declaracao-de-guerra-do-capital_7.html)>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COSTA, Alexandre. Compreender o Antropoceno e combater o Capitalismo, para além da terminologia. **O que você faria se soubesse o que eu sei?**, 2020. Disponível em: <<http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2020/03/compreender-o-Antropocen-o-e-combater-o.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COSTA , Alexandre. A declaração de guerra do capital contra a natureza. Parte I: A Grande Aceleração. **O que você faria se soubesse o que eu sei?**, 2019a. Disponível em: <<http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2019/06/a-declaracao-de-guerra-do-capital.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CURITIBA (cidade), Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Aterro Sanitário de Curitiba**. Curitiba, S.D. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/aterro-sanitario-de-curitiba/454>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CURITIBA (Cidade). **Plano de Ação para Reassentamento - Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba**. IPPUC, 2020. Disponível em: <[https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D785/D785\\_002\\_BR.pdf](https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D785/D785_002_BR.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Estudo comprova que terras indígenas barram desmatamento e são essenciais para manter a floresta em pé. **Instituto Socioambiental**. 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/estudo-comprova-qu-e-terras-indigenas-barram-desmatamento-e-sao-essenciais-para-manter-a-floresta-em-pe>> Acesso em: 20.jul.2021.

FEARNSIDE, Philip.M. A água de São Paulo e a floresta amazônica. **Ciência Hoje**. n. 203, 2004, pg. 63-65.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

FERNANDES, Sabrina. **Ecosocialismo a partir das margens**. Jacobin, 2020. Disponível em:

<<https://jacobin.com.br/2020/07/ecossocialismo-a-partir-das-margens/>> Acesso em: 13.jul.2021.

FIOCRUZ. **A luta dos moradores contra o Aterro Sanitário de Caximba, que serve a 16 municípios e lança chorume na bacia do Rio Iguaçu.** Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2014. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-a-luta-dos-moradores-contr-o-aterro-sanitario-de-caximba-que-serve-a-16-municipios-e-lanca-chorume-na-bacia-do-rio-iguacu/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FOSTER, John B; CLARK, Brett; YORK, Richard. **The Ecological Rift: Capitalism's War on The Earth.** New York: Monthly Review Press, 2010.

FOSTER, John B. Dialética da natureza de engels no Antropoceno. **Leia Marxistas.** 2020. Disponível em: <<https://leiamarxistas.medium.com/a-dialética-da-natureza-de-engels-no-Antropoceno-906b646c9a85>>. Acesso em: 13.jul.2021.

FOSTER, John Bellamy; BURKETT, Paul. **Marx and the Earth: an anti-critique.** Boston: Brill, 2016b.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. **O Imperialismo no Antropoceno.** O Comuneiro, n. 30, n. p., mar. 2020. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr30\\_05\\_JohnBellamyFosteretalii.html](http://www.ocomuneiro.com/nr30_05_JohnBellamyFosteretalii.html)>. Acesso em: 14 abr.2021.

FOSTER, John Bellamy ; MAGDOFF, Fred. **What Every Environmentalist Need To Know About Capitalism: a citizen's guide to capitalism and environment.** New York: Monthly Review Press, 2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia em Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 80-97, jul./dez. 2015

FOSTER, John Bellamy. "Marxism in the Anthropocene: Dialectical Rifts on the Left," **International Critical Thought** vol.6, no. 3 (2016a)



FOX, Alex. The Amazon Rainforest Now Emits More Greenhouse Gases Than It Absorbs. **Smithsonian Magazine**, 2021. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/smart-news/amazon-rainforest-now-emits-more-greenhouse-gases-it-absorbs-180977347/>> Acesso em: 02/07/2021.

GRECA, Rafael. **Bairro Novo Caximba**. Facebook, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2803622066408152>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética Biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INPE, **Programa Queimadas: Monitoramento dos focos ativos por biomas**. S.D. Disponível em: <[https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/)>. Acesso em: 08 ago. 2021.

IPPUC. **Nosso bairro: Caximba**. IPPUC. Curitiba. 2015.

IPPUC. **Revisão Plano Diretor 2014** - diagnóstico comunitário. IPPUC. Curitiba. 2014.

KEUCHEYAN, Razmig. **La naturaleza es un campo de batalla**. Madrid: Clave Intelectual, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2010

LOWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LOWY, Michael. A revolução é o freio de emergência: a atualidade político ecológica de Walter Benjamin. In: LOWY, Michael; BENSÁID, Daniel. **Centelhas**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 95-101.

LOWY, Michael. Fontes e Recursos do ecossocialismo. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 26, n. 51, set-dez. 2019a.

LOWY, Michael. mensagem ecológica ao camarada Marx. **Cadernos cemarx**, nº 11, 2018.

LOWY, Michael. **O pensamento de Rosa Luxemburgo**. 2019b. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-1a-parte/41850>>. Acesso em 21 jul. 2021.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. v. 54. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LOWY, Michael. Por um marxismo crítico. **Lutas Sociais**, n.3, pg. 21-30, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa de. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: expressão popular, 1999.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Quarta Guerra Mundial e outros escritos**. Nordeste do Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2021.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversário e Balanço. In: MARIÁTEGUI, José Carlos; PIVA, Aline (trad.). **Mariátegui**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 39-44.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Tomo I. Ciudad de la Habana: Casa de las Americas, 1982.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso climático**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, **The Journal of Peasant Studies**, 44:3, 594-630, 2017. DOI: 10.1080/03066150.2016.1235036

First study of all Amazon greenhouse gases suggests the damaged forest is now worsening climate change. **National Geographic**. 2021. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/article/amazon-rainforest-now-appears-to-be-contributing-to-climate-change>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **AGROTÓXICOS NO BRASIL: PADRÕES DE USO, POLÍTICA DA REGULAÇÃO E PREVENÇÃO DA CAPTURA REGULATÓRIA**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

NOBRE, Carlos. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**. v. 117, n. 6, Feb, 2020. Disponível em: <<https://www.pnas.org/content/117/6/3015>> Acesso em: 02/07/2021.

Número de agrotóxicos registrados em 2020 é o mais alto da série histórica; maioria é genérico, diz governo. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>>. Acesso em 09 ago. 2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **DIREITO INSURGENTE E MOVIMENTOS POPULARES: O GIRO DESCOLONIAL DO PODER E A CRÍTICA MARXISTA AO DIREITO**. Tese (doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2014.

PORTAL COMUNICARE. **Voz da Comunidade: Novo Caximba é sinônimo de velha política**. 2021. Disponível em: <<http://www.portalcomunicare.com.br/voz-da-comunidade-novo-caximba-e-sinonimo-de-velha-politica/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PROTESTO DE MORADORES DO CAXIMBA EM OUTUBRO DE 2020. **Matheus Vasconcelos**. Curitiba, 2020.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SEFERIAN, Gustavo Scheffer Machado. **DIREITO DO TRABALHO COMO BARRICADA: sobre o uso tático da proteção jurídica das trabalhadoras e trabalhadores**. Belo Horizonte: Editora RTM, 2021.

SEFERIAN, Gustavo Scheffer Machado. Duas provocações ecossocialistas e abolicionistas à luz dos desastres empresariais de Mariana e Brumadinho. **Revista InSURgência**. Brasília , v. 5, n.2, p.166-187, 2019b.

SEFERIAN, Gustavo Scheffer Machado. O duplo caráter do direito à existência: luta de classes e articulação estrutural das contrarreformas sociais, políticas e ambientais. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais - RBHCS** v. 12, n. 23, pg. 220-248, jan/jun 2020.

SEFERIAN, Gustavo Scheffer Machado. ONZE PROPOSIÇÕES SOBRE O DIREITO DO TRABALHO DESDE A PERSPECTIVA ECOSSOCIALISTA. **TEORIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA**. v. 4, n.1, p. 89-110, , janeiro-junho, 2019a.

SORRENTINO, Pedro Portugal. **CONFLITO ENTRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E HABITAÇÃO NAS OCUPAÇÕES POPULARES DO BAIRRO CAXIMBA – CURITIBA/PR**. Monografia (graduação em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia. Curitiba, 2018.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TERRA BRASILIS, **Mapa de desmatamento PRODES**. S.D. Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

URBS, **Mapa da Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba**. Disponível em:  
<[https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/publicador/intranet/BOLETRANS/boletim/upload/1867-20150415135315\\_5.pdf](https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/publicador/intranet/BOLETRANS/boletim/upload/1867-20150415135315_5.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2021.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WHITE, Damian F.; GAREAUS, Brian J.; RUDY, Alan P.: Ecosocialisms, Past, Present and Future: From the Metabolic Rift to a Reconstructive, Dynamic and Hybrid Ecosocialism. **Capitalism, Nature Socialism**. 2017.